

ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	380151-ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL	RODRIGO VADILETTI MARIA	13/02/2026 12:25 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00016700/2026-02

Folha Inaugural e Sumário

PREGÃO

ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

(380151)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores da **Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral”, de Avaré**, pelo período de **30 (trinta) meses**.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 426.736,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **06/03/2026 às 09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	15
11. DOS RECURSOS.....	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 006.00016700/2026-02)

Torna-se público que o(a) **Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré**, por meio do(a) **Seção de Finanças e Suprimentos**, sediado(a) na **Rua Antônio Quintiliano Teixeira, n.º 800 – Bairro Barra Grande – CEP nº 18.704-391 – Avaré/SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação da prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de etanol, diesel, óleo lubrificante, fluido de freio, filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível, e serviços de lavagens para a frota de veículos da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré/SP, durante o período de 30 (trinta) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em um **único item**.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
- 3.5.1. Para o **item 01**, a participação é **ampla**, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Total Mensal, sem taxa de administração;

5.1.2. Taxa de Administração;

5.1.2.1. Será admitida taxa de administração negativa. O percentual referente à Taxa de Administração deverá ser aplicado sobre o valor total de gastos com abastecimentos, serviços complementares e serviços de lavagem, já considerados todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI).

5.1.3. Total Mensal, com taxa de administração;

5.1.4. Valor Total para 30 meses

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2.140,00 (dois mil e cento e quarenta reais)** para o **item 01**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito (s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de **10% (dez por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **ca.adm@p2avare.sap.sp.gov.br**.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **ca.adm@p2avare.sap.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e **no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de **Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do documento que deva ser exibido pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição ou declaração específica que estejam previstas neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: **ca.adm@p2avare.sap.sp.gov.br**.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;

14.15.1.1. **ANEXO I.1** – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. **ANEXO III** – Resolução SAP nº 49 de 17/04/2024;

14.15.4. **ANEXO IV** – Modelo referente à planilha de proposta; e

14.15.5. **ANEXO V** – Modelo de Declaração de Habilitação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Avaré, 13 de fevereiro de 2026.

CESAR CRISTIANO LOPES

Chefe de Departamento - Substituto - Autoridade Competente



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 12:19:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1 - Termo de Referencia.pdf (3.35 MB)
- Anexo II - 2 - Minuta de Contrato.pdf (177.82 KB)
- Anexo III - 3 - Resolucao SAP n 49.2024.pdf (714.83 KB)
- Anexo IV - 4 - Planilha de Proposta.pdf (377.5 KB)
- Anexo V - 5 - Declaracao de Habilitacao.pdf (369.45 KB)

ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	380151-ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL	RODRIGO VADILETTI MARIA	27/01/2026 08:58 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00016700/2026-02

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da **prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados**, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de **etanol, diesel, óleo lubrificante, fluido de freio, filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível, e serviços de lavagens** para a frota de veículos automotores do Contratante, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	CATSER	UF	Serviço	Descrição	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
1	25372	Unidade	Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados	Controle de Abastecimento de Veículos	30	R\$ 14.224,56	R\$ 426.736,80

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação **não se enquadra como serviços de luxo**, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados da **data estabelecida na ordem de início dos serviços**, prorrogável por **até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

1.3.1. O serviço é enquadrado como **serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que sua execução se dá mediante demandas específicas, sendo a vigência **plurianual mais vantajosa** considerando a regularidade e a eficiência das atividades desenvolvidas, conforme disposições delineadas no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em **tópico específico do Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em **tópico específico do Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos na íntegra, os requisitos que se encontram pormenorizados no **item 4.4 do Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência, elaborados em consonância com as diretrizes inseridas no **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC**.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Dos combustíveis e usuários

4.4. Os combustíveis (**etanol e diesel**) para o atendimento dos serviços de gerenciamento do abastecimento de veículos, serão classificados conforme especificação apresentada na tabela subsequente:

Tipo de Combustível	Quantidade de Veículos	Previsão de Consumo Mensal (em "l" ou m³)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Etanol	2	900	27.000 L
Diesel S-500	5	700	21.000 L
Diesel S-10	1	300	9.000 L

Quantidade Estimada de Usuários	30
---------------------------------	----

Dos serviços complementares

4.5. Os serviços complementares (**Óleos lubrificantes, fluido de freio e filtros**) para o atendimento dos serviços de gerenciamento do abastecimento de veículos, serão classificados conforme especificação apresentada na tabela subsequente:

Tipo de Produto	Quantidade de Veículos	Previsão de Consumo Mensal (litro ou unidade)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Fluido de Freio, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 litros	210 litros
Filtro de ar, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades
Filtro de combustível, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades

Filtro de óleo, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades
Óleo lubrificante, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	25 litros	750 litros

Das lavagens

4.6. Os serviços de lavagens da frota oficial, estão discriminados e classificados no quadro demonstrativo a seguir:

Porte do Veículo	Lavagem Simples	Lavagem Completa	Quantidade Mensal Prevista	Quantidade Total Prevista (30 meses)
Pequeno	0	0	0	0
Médio	1	0	1	30
Grande	7	0	7	210
Total	8	0	8	240

Relação dos locais

4.7. O endereço da base operacional onde se encontram os veículos sob a responsabilidade do Contratante, está na relacionado na tabela a seguir:

Unidade	Endereço Completo
Penitenciária "Nelson Marcondes do Amaral" de Avaré.	Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 800 – Bairro Barra Grande CEP:18704-391 – Avaré/SP

Área preferencial para abastecimento

4.8. A Área preferencial de abastecimento, compreendendo municípios e rodovias, bem como, a quantidade mínima de postos credenciados, encontram-se pormenorizados a seguir:

Denominação	Localização	Quantidade Mínima de Postos Credenciados
Área Preferencial	Avaré/SP	01 (um) posto credenciado.
	Adamantina/SP; Aguai/SP; Álvaro de Carvalho/SP; Americana/SP; Andradina/SP; Araçatuba/SP; Araraquara/SP; Assis/SP; Atibaia/SP; Avandava/SP; Avaré/SP; Balbinos/SP;	

Municípios	Bauru/SP; Bernardino de Campos/SP; Birigui/SP; Botucatu/SP; Bragança Paulista/SP; Caiuá/SP; Campinas/SP; Capela do Alto/SP; Caraguatatuba/SP; Casa Branca/SP; Cerqueira César/SP; Diadema/SP; Dracena/SP; Flórida Paulista/SP; Florínea/SP; Franca/SP; Franco da Rocha/SP; Gália/SP; Getulina/SP; Guareí/SP; Guariba/SP; Guarulhos/SP; Hortolândia/SP; Iaras/SP; Icém/SP; Iperó/SP; Irapuru/SP; Itaí/SP; Itapeçerica da Serra/SP; Itapetininga/SP; Itatinga/SP; Itirapina/SP; Jardinópolis/SP; Jaú/SP; Jundiaí/SP; Junqueirópolis/SP; Lavínia/SP; Limeira/SP; Lins/SP; Lucélia/SP; Mairinque/SP; Marabá Paulista/SP; Marília/SP; Martinópolis/SP; Mauá/SP; Mirandópolis/SP; Mococa/SP; Mogi das Cruzes/SP; Mogi Guaçu/SP; Mogi Mirim/SP; Mongaguá/SP; Osasco/SP; Osvaldo Cruz/SP; Ourinhos/SP; Pacaembu/SP; Paraguaçu Paulista/SP; Paulo de Faria/SP; Piracicaba/SP; Pirajuí/SP; Pontal/SP; Porto Feliz/SP; Potim/SP; Pracinha/SP; Praia Grande/SP; Presidente Bernardes/SP; Presidente Prudente/SP; Presidente Venceslau/SP; Reginópolis/SP; Registro/SP; Ribeirão Preto/SP; Rio Claro/SP; Riolândia/SP; Riversul/SP; Santa Cruz da Conceição/SP; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São José do Rio Preto/SP; São José dos Campos/SP; São Paulo/SP; São Vicente/SP; Serra Azul/SP; Sorocaba/SP; Sumaré/SP; Suzano/SP; Taiúva/SP; Taquarituba/SP; Taubaté/SP; Tremembé/SP; Tupã/SP; Tupi Paulista/SP; Valparaíso/SP e Votorantim/SP.	01 (um) posto credenciado.
Rodovias	SP-010 – Rodovia Fernão Dias; SP-021 – Rodoanel Mário Covas; SP-040 – Interligação Planalto; SP-055 – Rodovia Doutor Manoel Hipólito Rego (Padre Manoel da Nóbrega); SP-060 – Rodovia Presidente Dutra; SP-065 – Rodovia Dom Pedro I; SP-070 – Rodovia Ayrton Senna da Silva / Rodovia Carvalho Pinto; SP-075 – Rodovia Santos Dumont; SP-088 – Rodovia Mogi-Dutra; SP-099 – Rodovia dos Tamoios; SP-127 – Rodovia Antônio Romano Schincariol; SP-150 – Rodovia Anchieta; SP-160 – Rodovia dos Imigrantes; SP-225 – Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó; SP-245 – Rodovia Engenheiro Thomaz Magalhães; SP-255 – Rodovia Antônio Machado Sant'Anna; SP-255 – Rodovia Eduardo Saigh; SP-255 – Rodovia João Mellão; SP-261 – Rodovia Osni Mateus; SP-270 – Rodovia Raposo Tavares; SP-280 –	01 (um) posto credenciado a cada 250 (duzentos e cinquenta) Quilômetros (km) de distância.

	Rodovia Presidente Castello Branco; SP-284 – Rodovia Manílio Gobbi; SP-294 – Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros; SP-300 – Rodovia Marechal Rondon; SP-310 – Rodovia Washington Luís; SP-322 – Rodovia Armando de Salles Oliveira; SP-327 – Rodovia Orlando Quagliato; SP-330 – Rodovia Anhanguera; SP-333 – Rodovia Carlos Tonanni / Nemésio Cadetti / Laurentino Mascari; SP-348 – Rodovia dos Bandeirantes; SP-425 – Rodovia Assis Chateaubriand e SP-563 – Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo.	
--	---	--

Dos potenciais deslocamentos institucionais

4.9. Apresenta-se neste item, os possíveis deslocamentos institucionais a serem realizados no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, considerados em função das demandas operacionais, administrativas e logísticas inerentes às atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal.

Estabelecimentos vinculados à Secretaria de Administração Penitenciária

Aguai - CDP; Álvaro de Carvalho - Penit. I "Valentim Alves da Silva" + APP; Álvaro de Carvalho - Penit. II; Americana - CDP "A EVP Renato Gonçalves Rodrigues"; Andradina - Penit. "ASP. Anísio Aparecido de Oliveira" + PC; Araçatuba - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Araraquara - CR Feminino + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Araraquara - Penit. "Dr. Sebastião Martins Silveira" + PRSA + PC; Araraquara - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Assis - Penit. RSA; Atibaia - CR - Regime: semiaberto; Avanhandava - Penit. "Valdic Junio Alves Primo" + PC; Avaré - CR "Dr. Mauro de Macedo" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Avaré - Penit. II "Nelson Marcondes do Amaral" + PRSA; Avaré - Penit. I "Dr. Paulo Luciano de Campos"; Balbinos - Penit. II "Gilmar Monteiro de Souza"; Balbinos - Penit. I "Rodrigo dos Santos Freitas" + APP; Bauru - CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna"; Bauru - CPP III "Prof. Noé Azevedo"; Bauru - CDP "ASP Francisco Carlos Caneschi"; Bauru - CPP I "Dr. Alberto Brocchieri"; Bernardino de Campos - Penit. + APP + PC; Birigui - CR - Regime: fechado e semiaberto; Bragança Paulista - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Caiuá - CDP "Tácio Aparecido Santana" + PC; Caiuá - Penit. "Bruno Luiz Airoidi Leite"; Campinas - CDP; Campinas - Penit. Feminina RSA; Campinas - CPP "Prof. Ataliba Nogueira"; Capela do Alto - Penit. II "Dr. Enio Mendes Junior" + PRSA + PC; Capela do Alto - Penit. I + PRSA; Caraguatatuba - CDP "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira" + PRSA; Casa Branca - Penit. "Joaquim de Sylos Cintra"; Cerqueira César - Penit. I + APP; Cerqueira César - Penit. II; Diadema - CDP; Dracena - Penit. "ASP Adriano Aparecido de Pieri"; Flórida Paulista - Penit. "A EVP Cristiano Oliveira"; Florínea - Penit. + PC; Franca - Penit. + PRSA; Franco da Rocha - CDP + PRSA; Franco da Rocha - CPP "ASP Moises Marcos Braga"; Franco da Rocha - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I "Professor André Teixeira Lima" (M e F); Franco da Rocha - Penit. I "Mário Moura Albuquerque" + APP + PRSA; Franco da Rocha - Penit. II "Nilton Silva"; Franco da Rocha - Penit. III "José Aparecido Ribeiro"; Franco da Rocha - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II (M); Gália - Penit. I + PRSA + PC; Gália - Penit. II + PRSA + PC; Getulina - Penit. "Osiris Souza e Silva" + PRSA; Guareí - Penit. I "Nelson Vieira"; Guareí - Penit. II + PC; Guariba - CPP; Guarulhos - CDP I "ASP Giovani Martins Rodrigues" + PRSA; Guarulhos - Penit. I "José Parada Neto" + PRSA; Guarulhos - CDP II + APP + PC; Guarulhos - Penit. II "Adriano Marrey" + PRSA; Hortolândia - CPP (Penit. I); Hortolândia - Penit. III; Hortolândia - CDP; Hortolândia - Penit. II "Odete Leite de Campos Critter" RSA; Iaras - Penit. "Orlando Brando Filinto" + APP; Icém - CDP "Marcos Amilton Raysaro" + PC; Iperó - Penit. "Odon Ramos Maranhão" + APP; Irapuru - Penit.; Itaí - Penit. "Cabo PM Marcelo Pires da Silva" RSA; Itapeceira da Serra - CDP "ASP Nilton Celestino" + APP; Itapetininga - CR - Regime: semiaberto; Itapetininga - Penit. I "Jairo de Almeida Bueno" + APP; Itapetininga - Penit. II "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" + APP; Itatinga - Penit. + PC; Itirapina - Penit. I "Dr. Antônio de Queiróz Filho" + PRSA + PC; Itirapina - Penit. II "João Batista de Arruda Sampaio" + APP + PC; Jardinópolis - CPP; Jaú - CR "Dr. João Eduardo Franco Perlati" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Jundiaí - CDP "Marcos Antônio Alves

Bezerra"; Junqueirópolis - Penit.; Lavínia - CDP "ASP Cláudio Chaves do Nascimento" + PC; Lavínia - Penit. I "Vereador Frederico Geometti"; Lavínia - Penit. II "Luis Aparecido Fernandes"; Lavínia - Penit. III "ASP Paulo Guimarães"; Limeira - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Limeira - Penit. + PRSA + PC; Lins - CR "Dr. Manoel Carlos Muniz" + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Lucélia - Penit. + APP + PC; Mairinque - Penit. + PRSA; Marabá Paulista - Penit. Compacta "João Augustinho Panucci"; Marília - CR - Regime: semiaberto; Marília - Penit. "José Luiz Mansur" + PRSA; Martinópolis - Penit. "Tacyan Menezes de Lucena"; Mauá - CDP + APP; Mirandópolis - Penit. I "Nestor Canoa" + PRSA; Mirandópolis - Penit. II "ASP Lindolfo Terçariol Filho"; Mococa - CR - Regime: semiaberto; Mogi das Cruzes - CDP + APP; Mogi Guaçu - Penit. Feminina + APP + PC; Mogi Mirim - CR "Prefeito João Missaglia" RSA - Regime: semiaberto; Mongaguá - CPP "Dr. Rubens Aleixo Sendin"; Nova Independência - CDP + PC; Osasco - CDP I "ASP Ederson Vieira de Jesus"; Osasco - CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"; Osvaldo Cruz - Penit. RSA; Ourinhos - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto; Pacaembu - CDP I + PC; Pacaembu - CDP II; Pacaembu - CPP; Pacaembu - Penit. "Ozias Lúcio dos Santos"; Paraguaçu Paulista - Penit. Compacta + PC; Paulo de Faria - CDP; Piracicaba - CDP "Nelson Furlan" + APP; Piracicaba - CR Feminino "Carlos Sidnes de Souza Cantarelli" - Regime: semiaberto; Piracicaba - Penit. "ASP Luís Ricardo Jock Stoduto" + PRSA; Pirajuí - Penit. Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna" + APP + PC; Pirajuí - Penit. I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz" + PRSA; Pirajuí - Penit. II "Luiz Gonzaga Vieira"; Pontal - Penit. + PRSA + PC; Porto Feliz - CPP "Dr. Walter Erwin Hoffgen"; Potim - Penit. I "A EVP Jair Guimarães de Lima" + PRSA; Potim - Penit. II + APP; Pracinha - Penit. Compacta + PC; Praia Grande - CDP "ASP Charles Demitre Teixeira" + APP; Presidente Bernardes - Penit. "Silvio Yoshihiko Hinohara" + APP; Presidente Bernardes - Centro de Readap. Penit. "Dr. José Ismael Pedrosa" (M e F); Presidente Prudente - CR "ASP Gláucio Reinaldo Mendes Pereira" + RSA + PC - Regime: RF e RSA; Presidente Prudente - Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + PRSA + PC; Presidente Venceslau - Penit. I "Zwinglio Ferreira" + APP; Presidente Venceslau - Penit. II "Maurício Henrique Guimarães Pereira"; Reginópolis - Penit. I "Tenente PM José Alfredo Cintra Borin" + APP; Reginópolis - Penit. II "Sgto. PM Antonio Luiz de Souza" + PC; Registro - Penit. + PRSA; Ribeirão Preto - CDP "ASP Nayan Xavier Ribeiro"; Ribeirão Preto - Penit. + APP; Ribeirão Preto - Penit. Feminina + APP + PC; Rio Claro - CR "Dr Luis Gonzaga da Arruda Campos" + RSA - Regime: RF e RSA; Rio Claro - CR Feminino + RSA - Regime: RF e RSA; Riolândia - CDP "ASP Valdecir Fabiano"; Riolândia - Penit. "João Batista de Santana"; Riversul - CDP; Santa Cruz da Conceição - CDP; Santo André - CDP + APP; São Bernardo do Campo - CDP "Dr. Calixto Antonio" + APP; São José do Rio Preto - CDP; São José do Rio Preto - CPP "Dr. Javert de Andrade"; São José do Rio Preto - CR Feminino + RSA + PC - Regime: RF e RSA; São José dos Campos - CDP + APP; São Paulo - CDP de Vila Independência; São Paulo - CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros + APP; São Paulo - CDP I de Chácara Belém + APP; São Paulo - CDP II "ASP Paulo Gilberto de Araújo" de Chácara Belém + APP; São Paulo - CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros; São Paulo - CDP III de Pinheiros + APP; São Paulo - CDP IV de Pinheiros; São Paulo - CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan; São Paulo - Penit. "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros + APP; São Paulo - Penit. da Capital RSA; São Paulo - Penit. Feminina Sant´Ana + PC; São Paulo - Divisão de Ações de Segurança Hospitalar (M e F); São Vicente - CDP "Luis Cesar Lacerda" + APP; São Vicente - CPP + PC; São Vicente - Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + APP + PC; São Vicente - Penit. II + APP; Serra Azul - Penit. II + PRSA; Serra Azul - Penit. III "ASP Sandro Alves da Silva"; Serra Azul - Penit. I; Sorocaba - CDP + APP; Sorocaba - Penit. I "Dr. Danilo Pinheiro" + PRSA; Sorocaba - Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + APP + PC; Sumaré - CR RSA + PC - Regime: semiaberto; Suzano - CDP + APP; Taiúva - Penit. RSA; Taquarituba - Penit. + APP; Taubaté - CDP "Dr. Félix Nobre de Campos" + PC; Taubaté - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Dr. Arnaldo Amado Ferreira" + AEP; Tremembé - CPP "Dr. Edgard Magalhães Noronha"; Tremembé - Penit. Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier" + APP; Tremembé - Penit. Feminina II + APP + PC; Tremembé - Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra" + APP + PC; Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" RSA; Tupi Paulista - Penit. "Vanderlei Tartari Monteiro" + PC; Tupi Paulista - Penit. Feminina + APP + PC; Valparaíso - CPP; Valparaíso - Penit.; Votorantim - Penit. Feminina "Oscar Garcia Machado" + APP + PC.

Da implantação

4.10. O processo de implantação do sistema pelo contratado, compreenderá a capacitação dos condutores e gestores, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na tabela correspondente:

Local do treinamento	Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, localizada
----------------------	---

	na Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 800 – Bairro Barra Grande - CEP: 18704-391 – Avaré/SP.
Quantidade de pessoas que receberão o treinamento	05 (cinco) pessoas.
Duração do Treinamento	01 (um) dia.
Condições e materiais mínimos necessários para o treinamento	Vídeoaulas explicativas.

Dos veículos

4.11. A Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, possui em sua frota **“veículos próprios”** e por **“veículo objeto de locação”**, os quais se encontram discriminados, com a indicação de suas principais características no item **7.2** do **Estudo Técnico Preliminar**, o qual é parte integrante deste Termo de Referência.

4.11.1. Destaca-se, que a abrangência da presente contratação, no que se refere ao **“veículo locado”**, **limita-se exclusivamente** à prestação de serviços de **“abastecimento de combustíveis”** e **“lavagem veicular”**;

4.11.2. No que se refere aos veículos **classificados** como **“flex”**, será adotada de forma **exclusiva**, a utilização de **“etanol”**, medida que se impõe em razão de suas reconhecidas vantagens ambientais, econômicas e de sustentabilidade, em conformidade com o disposto no **artigo 3º** do **Decreto Estadual nº 59.038/2013**, que instituiu o **Programa Paulista de Biocombustíveis**, bem como às diretrizes de racionalização do consumo energético e de promoção de práticas ambientais responsáveis no âmbito da Administração Pública.

Regras de tratamento favorecido para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.12. Para o **item 1**, será promovida pela administração, a participação **AMPLA**, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

Abrangência Geográfica

5.1. São áreas preferenciais para abastecimento:

5.1.1. Áreas circunscritas em um raio máximo de **15 km (quinze quilômetros)** do endereço da **Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré**, sediada na **Rua Antonio Quintiliano Teixeira, 800 – Bairro Barra Grande – CEP nº 18704-391 - Avaré/SP**, onde deverá existir um número mínimo de postos credenciados, estruturados para fornecimento;

5.1.2. Considerando que os veículos constantemente se deslocam para diferentes regiões da cidade, além da obrigatoriedade de credenciamento de postos no raio previamente definido próximo à base operacional, será solicitado, no mínimo, um posto para cada uma das regiões administrativas **(centro, norte, sul, leste e oeste)**;

5.1.3. Por meio da rede de postos credenciados, o Contratado deverá operar nas Áreas Preferenciais que atendam de forma imediata no mínimo a 50% (cinquenta por cento) da(s) Unidade(s) indicadas na Tabela de Quantitativos e Locais, devendo os 50% (cinquenta por cento) remanescentes ser credenciados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da formalização do contrato;

5.1.4. Caso o Contratado não possua posto credenciado nas Áreas Preferenciais das bases onde se exige apenas 1 (um) posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.2. Poderão ser estabelecidas as seguintes exigências específicas, em decorrência do histórico de frequência de viagens:

5.2.1. O Contratado deverá ter postos credenciados nos municípios: **Adamantina/SP; Aguiá/SP; Álvaro de Carvalho/SP; Americana/SP; Andradina/SP; Araçatuba/SP; Araraquara/SP; Assis/SP; Atibaia/SP; Avandava/SP; Avaré/SP; Balbinos/SP; Bauru/SP; Bernardino de Campos/SP; Birigui/SP; Botucatu/SP; Bragança Paulista/SP; Caiuá/SP; Campinas/SP; Capela do Alto/SP; Caraguatatuba/SP; Casa Branca/SP; Cerqueira César/SP; Diadema/SP; Dracena/SP; Flórida Paulista/SP; Florínea/SP; Franca/SP; Franco da Rocha/SP; Gália/SP; Getulina/SP; Guareí/SP; Guariba/SP; Guarulhos/SP; Hortolândia/SP; Iaras/SP; Icém/SP; Iperó/SP; Irapuru/SP; Itai/SP; Itapeverica da Serra/SP; Itapetininga/SP; Itatinga/SP; Itirapina/SP; Jardinópolis/SP; Jaú/SP; Jundiaí/SP; Junqueirópolis/SP; Lavínia/SP; Limeira/SP; Lins/SP; Lucélia/SP; Mairinque/SP; Marabá Paulista/SP; Marília/SP; Martinópolis/SP; Mauá/SP; Mirandópolis/SP; Mococa/SP; Mogi das Cruzes/SP; Mogi Guaçu/SP; Mogi Mirim/SP; Mongaguá/SP; Osasco/SP; Osvaldo Cruz/SP; Ourinhos/SP; Pacaembu/SP; Paraguaçu Paulista/SP; Paulo de Faria/SP; Piracicaba/SP; Pirajuí/SP; Pontal/SP; Porto Feliz/SP; Potim/SP; Pracinha/SP; Praia Grande/SP; Presidente Bernardes/SP; Presidente Prudente/SP; Presidente Venceslau/SP; Reginópolis/SP; Registro/SP; Ribeirão Preto/SP; Rio Claro/SP; Riolândia/SP; Riversul/SP; Santa Cruz da Conceição/SP; Santo André/SP; São Bernardo do Campo/SP; São José do Rio Preto/SP; São José dos Campos/SP; São Paulo/SP; São Vicente/SP; Serra Azul/SP; Sorocaba/SP; Sumaré/SP; Suzano/SP; Taiúva/SP; Taquaritinga/SP; Taubaté/SP; Tremembé/SP; Tupã/SP; Tupi Paulista/SP; Valparaíso/SP e Votorantim/SP; e deverá manter, no mínimo, a quantidade de postos credenciados por município de **01 (um)**; ou**

5.2.2. O Contratado deverá ter postos credenciados nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, devendo manter, no mínimo, a quantidade de postos credenciados de **01 (um)**; ou

5.2.3. O Contratado deverá manter, no mínimo, um posto credenciado a cada 250 (duzentos e cinquenta) km nas estradas: **SP-010 – Rodovia Fernão Dias; SP-021 – Rodoanel Mário Covas; SP-040 – Interligação Planalto; SP-055 – Rodovia Doutor Manoel Hipólito Rego (Padre Manoel da Nóbrega); SP-060 – Rodovia Presidente Dutra; SP-065 – Rodovia Dom Pedro I; SP-070 – Rodovia Ayrton Senna da Silva / Rodovia Carvalho Pinto; SP-075 – Rodovia Santos Dumont; SP-088 – Rodovia Mogi-Dutra; SP-099 – Rodovia dos Tamoios; SP-127 – Rodovia Antônio Romano Schincariol; SP-150 – Rodovia Anchieta; SP-160 – Rodovia dos Imigrantes; SP-225 – Rodovia Engenheiro João Baptista Cabral Rennó; SP-245 – Rodovia Engenheiro Thomaz Magalhães; SP-255 – Rodovia Antônio Machado Sant’Anna; SP-255 – Rodovia Eduardo Saigh; SP-255 – Rodovia João Mellão; SP-261 – Rodovia Osni Mateus; SP-270 – Rodovia Raposo Tavares; SP-280 – Rodovia Presidente Castello Branco; SP-284 – Rodovia Manílio Gobbi; SP-294 – Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros; SP-300 – Rodovia Marechal Rondon; SP-310 – Rodovia Washington Luís; SP-322 – Rodovia Armando de Salles Oliveira; SP-327 – Rodovia Orlando Quagliato; SP-330 – Rodovia Anhanguera; SP-333 – Rodovia Carlos Tonanni / Nemésio Cadetti / Laurentino Mascari; SP-348 – Rodovia dos Bandeirantes; SP-425 – Rodovia Assis Chateaubriand e SP-563 – Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo; ou**

5.2.4. Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas acima, o prazo para credenciamento deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da formalização do contrato.

Rede de Postos Credenciados

5.3. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de segunda-feira a sábado das 07:00h às 20:00h. Deve haver, na Área Preferencial para Abastecimento, ao menos, 1 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

5.4. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do Contratante, deverá ser efetivado pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação.

5.5. Os postos credenciados para as Unidades que possuam veículos das categorias caminhão, cavalo mecânico e equipamentos automotivos deverão contar em suas instalações com área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento ou unidade móvel de abastecimento.

5.6. As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Contratante via internet ou pelo sistema instalado pelo Contratado.

5.7. Cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pelo Contratado. É de responsabilidade do Contratado disponibilizar solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

5.8. O Contratado é o único responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e de demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

Sistema de Abastecimento

5.9. O Contratante fornecerá ao Contratado o cadastro completo e atualizado dos veículos e condutores, além de identificação das respectivas áreas em que estes estão alocados (base operacional ou Unidades), contendo os seguintes dados:

- 5.9.1. Tipo de frota (própria, locada ou convênio);
- 5.9.2. Prefixo;
- 5.9.3. Placas;
- 5.9.4. Marca;
- 5.9.5. Modelo;
- 5.9.6. Chassi;
- 5.9.7. Tipo de combustível;
- 5.9.8. Ano de fabricação do veículo;
- 5.9.9. Lotação (Unidade e código do centro de custo, se houver);
- 5.9.10. Capacidade do tanque;
- 5.9.11. Hodômetro;
- 5.9.12. Nome, registro funcional e Unidade dos condutores; e
- 5.9.13. Base operacional da frota.

5.10. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, bem como dos demais serviços utilizados.

5.11. Cada veículo terá um único cartão magnético ou microprocessado.

5.12. Cada condutor deverá ter sua identificação própria, validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pelo Contratado. É de responsabilidade do Contratado a solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, bem como as transações realizadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

5.13. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio, o desbloqueio e a troca de senha de forma on-line e instantânea.

5.14. Para cada veículo, o sistema deverá permitir um limite de crédito determinado pelo Contratante, não podendo ser ultrapassado sem a autorização por escrito do Contratante. Os abastecimentos e usos de serviços realizados pela rede credenciada, sem a devida cobertura de crédito, serão de total responsabilidade do Contratado.

5.15. O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem a expressa autorização do gestor do contrato.

5.16. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

5.17. O sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

5.17.1. Identificação do posto (nome e endereço);

5.17.2. Identificação do veículo (placa);

5.17.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.17.4. Tipo de combustível e/ou serviço utilizado;

5.17.5. Data e hora da transação;

5.17.6. Quantidade em litros e/ou em m³, quando o abastecimento for com GNV;

5.17.7. Valor da operação; e

5.17.8. Identificação do condutor (nome e registro).

5.18. Nos casos de viagem para outros estados ou mesmo para cidades que não possuam postos credenciados, o sistema deve permitir que os abastecimentos e os usos de serviços realizados possam ser registrados manualmente, conforme solução a ser definida e apresentada pelo Contratado.

5.19. O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões do Contratado devem compreender, no mínimo:

5.19.1. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento em que efetuar a operação;

5.19.2. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros definidos pelo Contratante;

5.19.3. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

5.19.3.1. Para a frota: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros;

5.19.3.2. Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em reais por transação e em reais por mês;

5.19.3.3. Para o posto de combustível: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto à Fazenda Estadual. A consulta dos postos penalizados pode ser feita por meio do endereço eletrônico <http://www.fazenda.sp.gov.br>; e

5.19.3.4. Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas;

5.19.4. O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;

5.19.5. Identificação do usuário no momento do abastecimento por meio da senha pessoal;

5.19.6. Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pelo Contratado, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para o Contratante;

5.19.7. A exportação de dados para o software de gestão de frota do Contratante, permitindo a leitura de arquivos nos formatos ".txt", ".csv" ou ".xml", e, ainda, a possibilidade de layout e formatação de campos conforme necessidade do Contratante, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

5.19.7.1. Nome, endereço e CNPJ completos do posto credenciado;

5.19.7.2. Data do abastecimento;

5.19.7.3. Quilometragem no momento do abastecimento;

5.19.7.4. Tipo de combustível;

5.19.7.5. Valor total do abastecimento;

5.19.7.6. Valor unitário do abastecimento por litro e/ou m³, quando houver abastecimento com GNV;

5.19.7.7. Quantidade em litros e/ou m³, quando houver abastecimento com GNV;

5.19.7.8. Identificação do veículo;

5.19.7.9. Natureza de outros serviços utilizados;

5.19.7.10. Valor unitário do serviço utilizado; e

5.19.7.11. Valor total do serviço utilizado;

5.19.8. O fornecimento, para o Contratante, do cadastro dos postos credenciados para a realização da migração dos dados ao sistema do Contratante, com as seguintes informações:

5.19.8.1. Nome fantasia;

5.19.8.2. Razão social;

5.19.8.3. CNPJ;

5.19.8.4. Inscrição estadual;

5.19.8.5. Endereço;

5.19.8.6. Bairro;

5.19.8.7. Cidade;

5.19.8.8. Telefone;

5.19.8.9. E-mail;

5.19.8.10. Contato; e

5.19.8.11. CEP.

5.19.9. Garantia da segurança e da integridade de todas as informações obtidas por ocasião dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

Relatórios

5.20. O Contratado deverá disponibilizar acesso ao software de gestão de abastecimento compatível com o modelo definido pelo Contratante.

5.21. O Contratante deverá estabelecer o nível de permissão ("consulta"/ "administração") do acesso ao software de gestão de abastecimento para cada Unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial aos dados referentes à frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

5.22. Os relatórios disponibilizados pelo Contratado deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

5.22.1. Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação, base da unidade administrativa e centro decusto, se houver;

5.22.2. Histórico das operações realizadas pela frota, contendo:

5.22.2.1. Data;

5.22.2.2. Hora;

5.22.2.3. Identificação do estabelecimento;

5.22.2.4. Identificação do condutor;

5.22.2.5. Identificação do veículo (placa);

5.22.2.6. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;

5.22.2.7. Tipo de combustível;

5.22.2.8. Quantidade em litros e/ou m³ adquiridos;

5.22.2.9. Valor unitário por tipo de combustível;

5.22.2.10. Valor total da operação em R\$ (reais); e

5.22.2.11. Tipo e valor do serviço utilizado.

5.22.3. Quilometragem entre os abastecimentos, intervalo de tempo e média de consumo por litro;

5.22.4. Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo Contratante;

5.22.5. Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado;

5.22.6. Informar quinzenalmente os preços históricos unitários em R\$/L e R\$/m³ contratados na última quinzena. Devem vir organizados por tipo de combustível e ordenados do menor para o maior valor (ordem crescente de valor), com o respectivo nome do posto e por região;

5.22.7. Volume em litros e/ou m³ gastos por tipo de combustível e preço médio unitário por tipo de combustível consumido pela frota;

5.22.8. Indicação dos desvios de média de consumo do veículo e tipo de combustível, entre outros;

5.22.9. Despesas realizadas por base operacional e Unidade, quando for o caso; e

5.22.10. Desconto sobre o preço da bomba, resultado da negociação de preço sobre o preço de bomba dos combustíveis, quando for o caso.

Implantação

5.23. O Contratado deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais do Contratante no prazo máximo estabelecido pelo Contratante, contado a partir da data da assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo definido a seguir:

Atividades		Prazo máximo (em dias)				
		10	20	30	40	50
Cadastramento de veículos, equipamentos e usuários no sistema de gestão do Contratado.	Assinatura do Contrato	10 dias				
Confecção e fornecimento dos cartões individuais.			15 dias			
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados.		30 dias				
Treinamento dos condutores e gestores das subfrotas.		30 dias				
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das bases operacionais.		30 dias				

5.24. O processo de implantação do sistema pelo Contratado compreende as seguintes atividades:

- 5.24.1. Cadastro dos veículos;
- 5.24.2. Cadastro dos usuários;
- 5.24.3. Definição da logística da rede de postos credenciados;
- 5.24.4. Preparação e distribuição dos equipamentos periféricos;
- 5.24.5. Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados;
- 5.24.6. Treinamento dos condutores e gestores; e
- 5.24.7. Fornecimento dos cartões para os veículos.

Treinamento de Condutores e Gestores

5.25. O Contratado deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, o programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- 5.25.1. Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limites de crédito;
- 5.25.2. Detalhamento dos procedimentos para utilização do software de gestão e emissão de relatórios;
- 5.25.3. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para resolvê-las;

5.25.4. Aplicação prática do sistema; e

5.25.5. Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

Preços dos Combustíveis e Serviços Complementares

5.26. O Contratado disponibilizará, via internet ou outro meio eletrônico, informações quinzenais dos preços históricos dos consumos praticados nos postos que abasteceram a frota, em reais (R\$), por tipo de combustível, ordenados por município e por valor em ordem crescente, identificando o posto de abastecimento com o respectivo endereço.

5.27. O Contratante estabelecerá, como limite e parâmetro restritivo para utilização do cartão, o preço unitário médio do mês anterior ao da efetivação do abastecimento, por município onde está instalada a base operacional da frota, disponibilizado no endereço eletrônico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br>) para os diversos tipos de combustíveis.

5.28. Em relação aos serviços complementares, o Contratante efetuará pesquisa de mercado a fim de obter referências de preços que constituirão limite para a utilização do cartão. A pesquisa de mercado será realizada pelo Contratante com observância dos seguintes parâmetros:

5.28.1. Consulta a estabelecimentos que produzam, comercializem ou prestem os serviços conforme a natureza do item relacionado;

5.28.2. Elaboração de pesquisa que seja válida para a região de abrangência;

5.28.3. Observância das diretrizes do Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023; e

5.28.4. Atualização da pesquisa com a periodicidade definida pelo Contratante, observando a validade dos preços de referência.

5.29. O sistema deverá permitir o registro da negociação de preços de combustíveis e serviços com os postos da rede credenciada, visando obter a redução do preço de bomba dos combustíveis nas Áreas Preferenciais onde a quantidade de veículos seja significativa.

5.30. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, e/ou negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

Segurança no Fornecimento

5.31. Nos casos de falha dos equipamentos periféricos da rede credenciada ou dos cartões dos veículos, assim como na ocorrência de situações adversas, tais como falta de energia elétrica, o Contratado deverá disponibilizar procedimento contingencial por meio de serviço de atendimento ao cliente. Esse procedimento visa à garantia da manutenção das informações necessárias ao controle e à gestão dos abastecimentos e ao não comprometimento da continuidade das atividades operacionais do Contratante. Para isso, a rede credenciada deve obter, por telefone, o número da autorização de abastecimento, a ser transcrito para formulário específico do Contratado.

5.32. O Contratado deverá prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone ou internet. Para tal serviço, deve possuir uma central de atendimento com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias do ano, que permita ao Contratante o acesso por meio de ligação local, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

Obrigações e Responsabilidades do Contratado

5.33. Para a Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, cabe ao Contratado:

5.33.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente, em conformidade com as especificações técnicas;

- 5.33.2. Responsabilizar-se pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;
- 5.33.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 5.33.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 5.33.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento;
- 5.33.6. Designar preposto para representar o Contratado na execução do contrato;
- 5.33.7. Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões microprocessados para cada veículo cadastrado e informado pelo Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do Contratante;
- 5.33.8. Ministrando treinamento objetivando a capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do sistema;
- 5.33.9. Credenciar somente postos que não estejam relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;
- 5.33.10. Descredenciar os postos que eventualmente tiverem suspenso o cadastro do ICMS, relacionados em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei estadual nº 11.929, de 12 de abril de 2005, e da Portaria CAT nº 02, de 2011, da Secretaria da Fazenda;
- 5.33.11. Não credenciar ou descredenciar o posto de abastecimento de combustível que estiver sancionado pelo não cumprimento das legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB);
- 5.33.12. Comunicar ao Contratante quando da transferência, retirada e/ou substituição de postos credenciados;
- 5.33.13. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de postos não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 5.33.14. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;
- 5.33.15. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que, porventura, possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 5.33.16. Comparecer, sempre que convocado, ao local designado pelo Contratante, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados aos serviços contratados;
- 5.33.17. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços (como nas atividades de apoio e supervisão) movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, preferencialmente etanol ou Gás Natural Veicular (GNV), visando à redução efetiva de emissões poluidoras na atmosfera;
- 5.33.18. Fiscalizar o recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação de fornecimento de combustível, a cargo dos estabelecimentos credenciados;

5.33.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Obrigações e Responsabilidades do Contratante

5.34. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do Contratante:

5.34.1. Fornecer ao Contratado, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado de veículos, condutores e centros de custo, se houver;

5.34.2. Identificar todos os veículos tipo "flex" como consumidores exclusivos de etanol, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto estadual nº 59.038, de 2013;

5.34.3. Expedir autorização de serviços em conformidade com o cronograma de implantação estabelecido no Termo de Referência;

5.34.4. Indicar formalmente o gestor e o(s) fiscal(is) para acompanhamento da execução contratual;

5.34.5. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor(es) especialmente designado(s), verificando se, no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstos no Edital, no Termo de Referência, na proposta e no contrato de forma satisfatória, documentando as ocorrências;

5.34.6. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado do Contratado e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

5.34.7. Prestar ao Contratado e a seus representantes e profissionais todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

5.34.8. Convocar o Contratado para reuniões, sempre que necessário;

5.34.9. Responsabilizar-se pelo recolhimento do comprovante de abastecimento e/ou de serviço e da correspondente nota fiscal de cada transação efetuada;

5.34.10. Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pelo Contratado, no prazo pactuado, com observância da disciplina de medição e pagamento estabelecida no item 7 deste instrumento, e comunicando ao Contratado, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança;

5.34.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.18.1. A fiscalização do Contratante terá livre acesso aos locais de execução dos serviços;

6.18.2. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado;

6.18.3. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do Contratante;

6.18.4. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **03 (três) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. Após o término de cada quinzena do mês, sendo que a primeira corresponde ao período do 1º ao 15º dia do mês, e a segunda ao período do 16º ao último dia do mês, o Contratado deverá apresentar, em relação à quinzena em referência, um relatório analítico discriminando os abastecimentos, troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços realizados no período.

7.5. Observadas as demais disposições deste item 7, os recebimentos do objeto, para efeito de pagamento, serão realizados também de acordo com as seguintes regras:

7.5.1. Após o término da quinzena em que foram prestados os serviços, o Contratado entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados, com as seguintes informações:

7.5.1.1. Identificação do posto credenciado (nome e endereço);

7.5.1.2. Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);

7.5.1.3. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço;

7.5.1.4. Tipo de combustível;

7.5.1.5. Tipo de serviço (troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços);

7.5.1.6. A data e hora da transação;

7.5.1.7. Quantidade de litros e/ou metros cúbicos (m³), quando houver abastecimento com GNV;

7.5.1.8. Valor da operação de abastecimento;

7.5.1.9. Valor da operação do serviço; e

7.5.1.10. Identificação do condutor (nome e registro funcional).

7.5.2. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

7.5.2.1. O Contratado deverá executar os serviços, objeto desta contratação, pela Taxa de Administração contratada, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;

7.5.2.2. A remuneração do Contratado será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência, constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo Contratante com o correspondente recebimento definitivo, conforme fórmula abaixo:

$$Pq = \left(1 + \frac{T}{100}\right) \times G, \text{ onde:}$$

“Pq” = valor total do pagamento relativo a uma determinada quinzena;

“T” = taxa de administração;

“G” = gastos incorridos pelo Contratante com o abastecimento e prestação de serviços da frota de veículos na quinzena;

7.5.3. Após o recebimento definitivo, os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, e/ou do negociado diretamente pelo Contratante com o posto credenciado.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a **periodicidade quinzenal**, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **03 (três) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023), e excetuado o prazo para liquidação em relação aos combustíveis, conforme especificado adiante.

7.15.1. O prazo de **10 (dez) dias úteis** de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15.2. Serão observadas, ainda, as seguintes disposições:

7.15.2.1. O Contratado deverá emitir notas fiscais/faturas separadamente referentes ao respectivo período quinzenal de execução dos serviços; a primeira detalhando o valor total dos combustíveis (etanol e diesel) e a segunda detalhando os óleos lubrificantes, filtros e demais serviços prestados à frota do Contratante, bem como o valor correspondente aos serviços de gerenciamento prestados no período.

7.15.2.2. O prazo para liquidação referente aos combustíveis será de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devendo ser finalizada a liquidação anteriormente ao pagamento (art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. **O pagamento será efetuado no seguinte prazo:**

7.24.1. referente aos combustíveis, será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, parte final do inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c art. 1º do Decreto estadual nº 44.781, de 2000;

7.24.2. referente aos óleos lubrificantes, filtros e demais serviços, e ao valor correspondente aos serviços de gerenciamento, será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual

deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por **preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - **ICMS**, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – **IBS**, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - **ISSQN**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Qualificação Técnica

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.21.1.1. A licitante deverá apresentar documento expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já prestou ou esteja prestando, **serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados**, de forma contínua ou em períodos sucessivos, por prazo mínimo de **12 (doze) meses**, conforme o disposto no **artigo 67, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021**.

8.21.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.21.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.23. Tratando-se de consórcio:

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.23.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação

econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.23.5. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 426.736,80

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Etanol	900	4,36	R\$ 3.924,00
Diesel S-500	700	6,06	R\$ 4.242,00
Diesel S-10	300	6,17	R\$ 1.851,00
Fluido de freio, com serviço de troca.	7	46,44	R\$ 325,08
Filtro de ar, com serviço de troca.	7	125,60	R\$ 879,20
Filtro de combustível, com serviço de troca.	7	122,02	R\$ 854,14
Filtro de óleo, com serviço de troca.	7	92,11	R\$ 644,77
Óleo mineral, com serviço de troca.	25	41,87	R\$ 1.046,75
Lavagem de veículo médio	1	76,67	R\$ 76,67
Lavagens de veículos grandes	7	116,19	R\$ 813,33
Total Mensal sem Taxa de Administração			R\$ 14.656,94
Taxa de Administração (3º Quartil)	-2,95%		-R\$ 432,38
Valor Total Mensal			R\$ 14.224,56

9.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 426.736,80 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação, foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.1.1. O valor estimado referente ao item “**Óleo mineral, com serviço de troca**”, foi apurado a partir de pesquisa de preços, contemplando os **lubrificantes** nas **especificações “15w40” e “5w30”**, considerando-se que este último será destinado exclusivamente ao veículo **Toyota Hilux SW4 – CFY-2642**, ao passo que a especificação “**15w40**”, será aplicada aos demais veículos da frota.

9.2. No **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC**, os valores referenciais adotados para a “**taxa administrativa**”, foram apurados com base no **3º quartil** da distribuição dos percentuais registrados, critério estatístico que **75%** dos contratos integrantes da **base analisada**, apresentam taxas inferiores ao valor de referência calculado, assegurando assim, parâmetro compatível com a realidade de mercado e aderente aos Princípios da Economicidade e da Vantajosidade para a Administração Pública.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: **380151**;
- II) Fonte de Recursos: **150.010.001**;
- III) Programa de Trabalho: **14.421.3815.6139.0000/14.421.3815.6146.0000**; e
- IV) Elemento de Despesa: **339030-27/28/29 e 339039-99**.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVANIL GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 07:28:32.

FLAVIA PEREIRA DA SILVA

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 08:44:44.

Despacho: APROVO, o Termo de Referência em questão, haja vista estar em conformidade com a legislação vigente e com a devida observância, aos princípios que regem a atuação da administração pública.

JOEL LOPES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 08:58:45.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - I.1 - Estudo Técnico Preliminar.pdf (3.06 MB)

ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00016700/2026-02

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de **empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados**, para a frota de veículos automotores da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, pelo período de **30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos**.

2.2. Tal contratação se faz necessária, que a frota de veículos oficiais, constitui instrumento estratégico para o cumprimento das atribuições institucionais desta Instituição Penal, especialmente no que tange ao transporte de pessoas privadas de liberdade, à **realização escoltas, ao deslocamento de servidores, ao apoio às atividades de saúde, segurança e administrativas, bem como ao atendimento de demandas emergenciais e judiciais**. A eventual indisponibilidade, descontinuidade ou a gestão inadequada do abastecimento, comprometeria de forma direta a capacidade operacional da Unidade, com potenciais impactos sobre a ordem, a segurança e a prestação das demais atividades essenciais.

2.3. A adoção de um **sistema especializado de gerenciamento de combustíveis**, propicia à Administração Pública, expressivo aprimoramento da gestão operacional, financeira e logística, ao assegurar uma ampla abrangência de rede credenciada sob múltiplas bandeiras, possibilitando a escolha racional de estabelecimentos que apresentam a melhor relação custo-benefício, adequada localização e estrita conformidade contratual. Além do mais, a utilização de um sistema informatizado e integrado, viabiliza a geração de relatórios gerenciais e indicadores consistentes, aptos a subsidiar tomadas de decisões, fortalecer os mecanismos de controle, aprimorar a fiscalização da execução contratual e coibir o uso inadequado dos recursos públicos, resultando em ganhos substanciais de eficiência, economicidade e transparência. Ressalta-se, que foi empreendida a **inclusão dos serviços de lavagem veicular**, haja vista, tratar-se de medida de inequívoca relevância, na medida em que contribui de forma direta e contínua para a preservação do patrimônio público, para a manutenção das condições adequadas de uso, segurança e salubridade dos veículos oficiais, tal como, para a padronização e racionalização dos procedimentos de conservação da frota.

2.4. Salienta-se que a administração **exauriu integralmente** o prazo da vigência do **Termo de Contrato PIIAVAR nº 008 /2021 - Processo SEI nº 006.00000462/2023-62 (Processo Legado Sem Papel - SAP-PRC-2021/05973) – Pregão Eletrônico PIIAVAR nº 001/2021**, por meio de **Termo Aditivo**, conforme estabelecido no **§1º da Cláusula Terceira** do citado instrumento de contrato, tendo sido sua vigência prorrogada até o limite de **60 (sessenta) meses**, encerrando-se definitivamente na data de **31/03/2026**. Nessa perspectiva, **considerando os prazos estabelecidos e a complexidade das fases interna e externa da licitação**, tal como, a natureza essencial dos **serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e de serviços correlatos**, por meio da rede de postos credenciados, torna-se imprescindível e inadiável, assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência das atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal.

2.5. Além do mais, objetiva-se uma **contratação sustentável**, observando de forma rigorosa e permanente, os princípios e diretrizes da sustentabilidade socioambiental, em consonância com a adesão do Governo do Estado de São Paulo à **Agenda 2023** da Organização das Nações Unidas, com a Política Estadual de Mudanças Climáticas e com a legislação ambiental vigente, impondo-se à contratada e à sua rede credenciada, **o cumprimento integral de normas**

relativas à proteção do meio ambiente, à gestão adequada de resíduos e à mitigação de impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

2.6. Insta salientar, que a aquisição aqui pretendida será conduzida por intermédio de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos dos artigos **28, inciso I; 33, inciso I (Critério de julgamento: Menor Preço) e 56, inciso I (Modo de disputa: Aberto)**; todos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**; do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**; da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, e demais normas da legislação aplicável.

2.7. Cumpre elucidar, que para o caso em concreto, considerando o valor estimado para a contratação e a possibilidade de **prorrogação do contrato** até o **limite de 10 (dez) anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, propõe-se à presente licitação, a **PARTICIPAÇÃO AMPLA**, sendo aplicáveis as **regras de tratamento favorecido** constantes dos **arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006**, observado o disposto no **§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.8. Com o objetivo de possibilitar negociações mais vantajosas, que não estariam disponíveis em contratos de curto prazo; bem como, promover a continuidade ininterrupta dos serviços, garantindo a estabilidade operacional e assegurar um planejamento estratégico, com a alocação eficiente de recursos; propõe-se ao procedimento licitatório, o período de **30 (trinta) meses** para a **vigência inicial** do contrato, respeitada a **vigência máxima decenal**, em consonância com os **artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

2.9. Tendo em vista, a natureza dos serviços a serem contratados, caracterizados como contínuos e de execução imediata, verifica-se a inviabilidade técnica e econômica da adoção de modelos de locação, uma vez que tais serviços se destinam ao consumo direto e não à disponibilização temporária de bens.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Administração	Carla Carolina de Souza Teixeira
Núcleo de Infraestrutura e Logística	Evanil Garcia de Oliveira Júnior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

I. A contratação deverá observar a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (estabelece normas gerais de contratação para a Administração Pública, ao **Decreto Estadual 67.608, de 27 de março de 2023** (estabelece a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas, no âmbito da Administração Pública estadual), da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022** (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional) e demais normas da legislação aplicável.

II. O serviço pretendido, caracteriza-se como de **natureza “contínua”**, revelando-se indispensável à regularidade e à eficiência das atividades desenvolvidas por este estabelecimento penal, razão pela qual admite **vigência plurianual**, em estrita consonância com o **artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021**. Frisa-se, que em razão de suas características operacionais e da forma de execução, a prestação **não demanda dedicação exclusiva de mão de obra**, tampouco a alocação permanente de empregados nas dependências da Unidade Prisional, uma vez que sua execução se dá mediante demandas específicas, inexistindo predominância de mão de obra alocada. Tal conformação contratual, confere maior flexibilidade operacional à Administração, favorecendo a racionalização de recursos públicos, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atendendo aos princípios da eficiência e legalidade. A continuidade da contratação está respaldada nas existências de créditos orçamentários a cada exercício financeiro e demonstração objetiva de vantagem administrativa decorrente de sua manutenção, conforme planejamento e com as normas que regem a matéria.

4.1 REQUISITOS TEMPORAIS

- I. Propõe-se ao procedimento licitatório, o período de **30 (trinta) meses** para a **vigência inicial** do contrato, **estimando-se o início para 01/04/2026 e o término em 01/10/2028**, com a possibilidade de prorrogação até o **limite de 10 (dez) anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- II. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no **inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021**. Tratam-se de **serviços comuns**, haja vista, possuir especificações usuais de mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital.
- III. Os serviços **serão prestados** para o **seguinte estabelecimento**:

Unidade	Endereço completo
Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré/SP	Rua Antonio Quintiliano Teixeira, 800 – Bairro Barra Grande – CEP nº 18704-391 - Avaré/SP

- IV. A Contratada **somente poderá iniciar os serviços**, após autorização formal e expressa do Contratante, a ser emitida pela administração, observada a data estabelecida na respectiva **Ordem de início dos serviços**.

4.2 REQUISITOS TÉCNICOS DO OBJETO CONTRATADO

- I. O objeto a ser contratado deverá atender, de forma imperativa, a requisitos técnicos que assegurem a implantação e a operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento da frota, com utilização de cartões magnéticos ou microprocessados, apto a viabilizar o controle centralizado, parametrizado e rastreável das despesas com combustíveis, insumos e serviços correlatos, mediante ampla rede credenciada de postos sob múltiplas bandeiras. O sistema deverá permitir a definição de parâmetros de uso e restrições por veículo e por usuário, a adoção de preços-limite referenciados em bases oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como a emissão de relatórios gerenciais e de exceção capazes de subsidiar a tomada de decisões administrativas, o acompanhamento do desempenho da frota e o controle das manutenções preventiva e corretiva. Exige-se, ainda, que a solução tecnológica possibilite a identificação tempestiva de desvios, inconsistências ou utilizações indevidas, elimine a necessidade de adiantamentos financeiros, reduza custos operacionais e administrativos e proporcione maior agilidade, confiabilidade das informações e transparência na gestão dos recursos públicos, assegurando a eficiência, a economicidade e a conformidade da execução contratual com os mecanismos de controle estabelecidos. Do mesmo modo, o objeto contratado deverá atender, de forma rigorosa e permanente, critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioinstitucional, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com a Política Estadual de Mudanças Climáticas e com a legislação ambiental aplicável. A execução dos serviços deverá privilegiar padrões sustentáveis de produção, consumo e descarte, especialmente mediante a adoção prioritária de etanol como combustível em veículos do tipo “flex”, a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, o cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho e a observância integral das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente no que se refere ao recolhimento, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada de óleos lubrificantes usados, resíduos e embalagens. Compete, ainda, à contratada assegurar que sua rede credenciada atue em estrita conformidade com os normativos ambientais vigentes, promovendo impactos ambientais positivos, transparência na execução contratual e aderência aos valores éticos e socioambientais que regem as contratações públicas.

4.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

- I – Demonstrar aptidão técnica de operação do sistema integrado de gestão de abastecimento, com comprovada capacidade de processamento, controle e registro de transações em tempo real, assegurando rastreabilidade, confiabilidade e integridade das informações;

II – Comprovar a existência ou capacidade de implantação de rede postos credenciados, compatível com as áreas preferenciais e regiões definidas, garantindo o atendimento contínuo e suficiente às demandas operacionais da Instituição Penal;

III – O sistema deverá possuir arquitetura tecnológica estável, segura e compatível com o acesso via internet, permitindo controle centralizado, parametrização de regras operacionais e mitigação de riscos de uso indevido ou não autorizado;

IV – Possibilitar a identificação inequívoca do veículo e do condutor no ato do abastecimento, por meio de cartão e autenticação por senha, assegurando aderência aos parâmetros definidos pela administração;

V – O sistema deverá permitir a definição e o ajuste de limites de crédito, preços unitários máximos, tipos de combustível autorizados e periodicidade de consumo por veículo, condutos ou unidade administrativa;

VI – O sistema deverá ser qualificado para a emissão de relatórios detalhados, analíticos e consolidados, aptos a subsidiar a gestão administrativa, financeira e operacional da frota, inclusive com identificar desvios de consumo e padrões atípicos;

VII – Deverá ser possível por intermédio do sistema, a viabilidade de integração com outros sistemas de gestão do Contratante, mediante exportação de dados em formatos abertos e amplamente utilizado (.txt, .csv ou .xml), garantindo compatibilidade e continuidade da informação;

VIII – Atendimento aos requisitos mínimos de segurança da informação, assegurando confidencialidade, integridade, disponibilidade e histórico dos dados registrados, inclusive mecanismos de auditoria e controle de acessos;

IX – A empresa deverá possuir aptidão para implantar o sistema em múltiplas unidades operacionais, com fornecimento de suporte técnico contínuo, manutenção do sistema e rápida resposta a incidentes operacionais;

X – A solução deverá contemplar mecanismos que assegurem que os postos credenciados, estejam em conformidade com a legislação fiscal, ambiental e regulatório aplicável, incluindo quando couber, a exclusão automática de estabelecimento penalizados por órgãos competentes;

XI – A empresa deverá possuir capacidade administrativa e financeira, para gerenciar integralmente a rede credenciada, assumindo a responsabilidade exclusiva pelos pagamentos decorrentes do abastecimento de combustíveis e de demais serviços efetivamente realizados; e

XII – A solução deverá demonstrar flexibilidade para expansão do credenciamento de postos e atualização tecnológica do sistema, de forma às demandas operacionais do Contratante ao longo da vigência contratual.

4.4 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

I - A contratação deverá observar, de forma integral, as diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, conforme adesão formal do Governo do Estado de São Paulo (Decreto nº 64.148/2019), bem como os critérios socioambientais previstos no Decreto Estadual nº 50.170/2005, incorporando tais fundamentos desde a fase de planejamento até a execução contratual;

II - O modelo de contratação deverá contribuir para a redução das emissões de CO₂ e demais gases de efeito estufa, especialmente aquelas decorrentes do uso de combustíveis fósseis, em consonância com as evidências científicas consolidadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC);

III – Para os veículos do tipo flex, a execução contratual deverá adotar, como parâmetro obrigatório, a exclusividade no abastecimento com etanol, em alinhamento às políticas estaduais de mitigação das mudanças climáticas;

IV - A contratação deverá observar os objetivos da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC (Lei Estadual nº 13.798/2009, regulamentada pelo Decreto nº 68.308/2024), promovendo padrões sustentáveis de produção, consumo e gestão de insumos, com vistas à redução do impacto ambiental da atividade administrativa;

V - A Administração deverá considerar, na execução e fiscalização do contrato, a relação direta entre emissões veiculares, poluição atmosférica e impactos à saúde pública, reforçando a adoção de práticas que minimizem externalidades ambientais negativas;

VI - A futura contratada e sua rede credenciada deverão atuar em conformidade com princípios éticos, sociais e ambientais, observando integralmente as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, bem como às boas práticas de gestão contratual;

VII - A contratação deverá prever mecanismos que assegurem a responsabilização da contratada e de sua rede credenciada por infrações ambientais, inclusive mediante aplicação de sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes;

VIII - A execução do objeto deverá atender aos critérios de sustentabilidade, estendendo-se tal exigência aos estabelecimentos integrantes da rede credenciada;

IX - A contratada deverá assegurar que todos os processos envolvidos na execução do contrato, incluindo abastecimento, manutenção e descarte de resíduos (em especial óleo lubrificante usado ou contaminado), estejam em estrita conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), as Resoluções CONAMA aplicáveis e as Normas Brasileiras da ABNT, promovendo destinação ambientalmente adequada e redução de impactos ambientais;

X - A contratada deverá manter programa interno contínuo voltado à redução do consumo de energia elétrica e de água, bem como à minimização da geração de resíduos sólidos no âmbito de suas operações e de sua rede credenciada, observadas as normas ambientais vigentes e as diretrizes de eficiência no uso de recursos naturais;

XI - Na execução do objeto, a contratada deverá assegurar a implementação efetiva de mecanismos de logística reversa, promovendo a coleta, o acondicionamento, o armazenamento, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada de resíduos e materiais sujeitos a controle ambiental, inclusive embalagens, frascos de aerossol e substâncias potencialmente poluidoras, em estrita conformidade com a legislação ambiental aplicável; e

XII - A contratada deverá manter registros e documentos aptos a comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a adoção e a efetividade das práticas de sustentabilidade ambiental exigidas, inclusive aquelas implementadas por sua rede credenciada, assegurando a rastreabilidade das informações e possibilitando a fiscalização contínua quanto ao cumprimento dos critérios socioambientais estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em atendimento ao disposto no **artigo 18, §1º, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021**, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado, capazes de atender à necessidade identificada, considerando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de gestão, cujos resultados e conclusões são apresentados a seguir:

I – Constatou-se a existência de mercado competitivo e amplamente estruturado, composto por diversas empresas especializadas na prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis, regularmente atuantes junto à Administração Pública, com disponibilidade de sistemas informatizados integrados, utilização de cartões magnéticos ou microprocessados e rede credenciada de postos de combustíveis.

II – Levou-se em consideração, para fins comparativos, alternativas como a contratação direta de postos de combustíveis e modelos convencionais de fornecimento desprovidos de sistema informatizado integrado. Nota-se, que tais soluções apresentam limitações relevantes, sob os aspectos de controle operacional, transparência, gestão administrativa, rastreabilidade de despesas e eficiência econômica, além de implicarem maior ônus administrativo à Administração, quando confrontadas com o modelo de gerenciamento centralizado por empresa especializada.

III – Ademais, avaliou-se a possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços, concluindo-se pela sua inviabilidade técnica e operacional. Salienta-se que as atas não contemplam, de forma adequada, as especificidades da frota, a dinâmica operacional, a distribuição geográfica das unidades atendidas, nem os parâmetros de controle, gestão e sustentabilidade demandados por esta Administração. Ademais, a adesão limitaria a capacidade de adequação do objeto às reais necessidades deste estabelecimento, podendo comprometer a eficiência da execução contratual e a obtenção da solução mais vantajosa, em afronta ao princípio do planejamento e da economicidade.

IV – Vê-se que as soluções atualmente disponíveis no mercado apresentam elevado grau tecnológico, com sistemas amplamente utilizados pela Administração Pública, capazes de proporcionar controle em tempo real das operações, geração de relatórios gerenciais, mitigação de riscos de uso indevido e suporte à tomada de decisão, reduzindo assim incertezas quanto à execução contratual.

V – No que se refere aos combustíveis, serviços complementares (Óleos lubrificantes, filtros e fluidos), o levantamento de mercado revelou ampla disponibilidade de tais insumos e serviços, ofertados por uma rede diversificada de estabelecimento, aptos a operar de forma integrada aos sistemas de gerenciamento. Constatou-se que os mencionados itens, possuem natureza comum, sendo usualmente disponibilizados por postos de combustíveis e estabelecimentos credenciados, com capacidade para atendimento à demanda desta Unidade.

VI - Considerando a natureza comum do objeto, a padronização das soluções disponíveis no mercado, a pluralidade de fornecedores aptos à execução e a possibilidade de definição objetiva dos requisitos técnicos e de desempenho, concluiu-se pela viabilidade e adequação da contratação mediante **Pregão Eletrônico** em sua forma “**tradicional**”. Tal modalidade, revela-se mais eficiente para promover a ampla competitividade, assegurar a isonomia entre os licitantes e viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, em estrita conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidas na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. **Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados**, para a frota de veículos automotores da **Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré**, pelo período de **30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos.**, em regime de **menor preço**, consoante condições, quantidades, exigências e estimativas especificadas.

6.2. Para a aquisição em apreço será adotada o modo de disputa “**ABERTO**”, para que os licitantes apresentem suas propostas de forma pública e transparente, competindo em igualdade de condições para o fornecimento dos produtos requeridos, consoante condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital.

6.3. A solução proposta, consiste na contratação de empresa especializada para implantação, operação e manutenção de sistema informatizado e integrado de gerenciamento do abastecimento da frota, mediante utilização de cartões magnéticos ou microprocessados, vinculados a veículos e condutores previamente cadastrados. O sistema abrangerá o fornecimento de combustíveis (etanol e diesel), bem como a execução de serviços correlatos e complementares, tais como lavagens veiculares, fornecimento de óleos lubrificantes, filtros e fluidos, por meio de rede de estabelecimentos credenciados, assegurando padronização operacional, rastreabilidade das transações e centralização da gestão.

6.4. O modelo adotado viabiliza o controle rigoroso e tempestivo das despesas da frota oficial deste estabelecimento penal, mediante a geração de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais, permitindo à Administração acompanhar consumo, quilometragem, frequência de abastecimentos, manutenções preventivas e corretivas, bem como identificar desvios de padrão e utilizações inadequadas.

6.5. A disponibilização de rede credenciada sob múltiplas bandeiras confere flexibilidade operacional e favorece a escolha de estabelecimentos com preços mais vantajosos, observados os parâmetros contratuais e os limites definidos com base em referências oficiais, especialmente no que tange aos preços médios divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. A centralização do gerenciamento elimina adiantamentos financeiros, reduz custos administrativos indiretos e potencializa ganhos de escala, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa e para a racionalização do gasto público.

6.6. A contratação está alinhada às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental adotadas pela Administração, principalmente à Agenda 2030 da ONU, à Política Estadual de Mudanças Climáticas e às normas que regem as contratações públicas sustentáveis. A priorização do abastecimento com etanol para veículos do tipo “flex”, a exigência de conformidade ambiental da rede credenciada, o correto gerenciamento de resíduos, óleos e embalagens, bem como a transparência proporcionada pelos sistemas de informação, configuram instrumentos concretos de mitigação de impactos ambientais, promoção do consumo sustentável e fortalecimento da função socioambiental do contrato.

6.7. Trata-se de solução amplamente consolidada no âmbito da Administração Pública, compatível com a natureza comum do objeto e com a padronização das tecnologias disponíveis no mercado, plenamente apta a ser contratada mediante Pregão Eletrônico. O modelo atende de forma integrada às necessidades operacionais, administrativas e ambientais da Administração, assegurando eficiência, controle, transparência, sustentabilidade e conformidade com os princípios da legalidade, do planejamento, da economicidade e da vantajosidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas a seguir foram definidas em conformidade com a demanda operacional da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré.

Combustíveis:

Tipo de Combustível	Quantidade de Veículos	Previsão de Consumo Mensal (em "l" ou m³")	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Etanol	2	900	27.000 L
Diesel S-500	5	700	21.000 L
Diesel S-10	1	300	9.000 L

Quantidade Estimada de Usuários	30
---------------------------------	----

Óleos lubrificantes, fluido de freio e filtros:

Tipo de Produto	Quantidade de Veículos	Previsão de Consumo Mensal (litro ou unidade)	Previsão de Consumo Total (30 meses)
Fluido de Freio, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 litros	210 litros
Filtro de ar, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades
Filtro de combustível, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades

Filtro de óleo, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	7 unidades	210 unidades
Óleo lubrificante, com serviço de troca, para veículo utilitário.	7	25 litros	750 litros

Lavagens:

Porte do Veículo	Lavagem Simples	Lavagem Completa	Quantidade Mensal Prevista	Quantidade Total Prevista (30 meses)
Pequeno	0	0	0	0
Médio	1	0	1	30
Grande	7	0	7	210
Total	8	0	8	240

7.2. Consigno ainda, que a frota desta **Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré** é composta por “**veículos próprios**” e por “**veículo objeto de locação**”, os quais se encontram discriminados a seguir com a indicação de suas principais características, tais como marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e demais especificações relevantes ao seu adequado gerenciamento.

Veículos Próprios:

	Veículo (Marca - Modelo)	Placa	Potência/ Cilindrada cm³	Patrimônio	Combustível	Renavam	Chassi	Ano /modelo	Porte
1	Caminhão GMC/6100	BVZ-6172	90CV/4. 100	0527	Diesel S-500	00708013759	9BG343NAWWC004909	1998 /1998	Grande
2	Iveco /Daily 55c16	DJP-6709	155CV/2. 998	2367	Diesel S-500	00948636300	93ZC53B0188400661	2007 /2008	Grande
3	GM/S-10	DJL-8873	140CV/2. 800	3704	Diesel S-500	00456015060	9BG124GJ0BC493557	2011 /2011	Grande
4	Toyota /Hilux SW4	CFY-2642	163CV/2. 694	5394	Flex	585787557	8AJZX62G0D5004640	2013 /2013	Grande

5	Peugeot /Boxer	DJL-4681	129CV/2.286	3589	Diesel S-500	00274530600	936ZBXMFB2066018	2010 /2011	Grande
6	Renault /Master	PZH-7074	130CV/2.299	4824	Diesel S-10	01113640178	93YMAF4XEJJ735836	2017 /2018	Grande
7	VW/8.150E Delivery	DJP-6741	143CV/3.000	4926	Diesel S-500	00946173087	9BWA952P38R816229	2007 /2008	Grande

Veículos Locados:

	Veículo (Marca - Modelo)	Placa	Potência/ Cilindrada cm³	Patrimônio	Combustível	Renavam	Chassi	Ano /modelo	Porte
1	Chevrolet Spin 1.8 LT	CUX-5J98	111CV/1.800	BTPIIAVAR-16	Flex	01411080006	9BGJB7520SB165423	2024 /2025	Médio

7.3. Os quantitativos estimados foram estabelecidos com base na análise das necessidades operacionais da Unidade Prisional, no histórico de consumo da frota, nas características dos veículos utilizados e nas demandas institucionais permanentes e eventuais. Para tanto, procedeu-se à verificação pormenorizada da documentação Interna da frota de veículos, bem como, dados extraídos do Sistema de Administração da Frota (**SAF**), além das listas de estabelecimentos vinculados à Secretaria de Administração Penitenciária, considerados como possíveis destinos institucionais em decorrência das demandas operacionais. Saliento, que toda a documentação utilizada como subsídio à estimativa, encontra-se devidamente acostada aos autos, em anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar, juntamente com a respectiva **Memória de Cálculo**, em observância aos princípios da **transparência** e da **motivação** dos atos administrativos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 426.736,80

8.1. Estima-se o valor total de **R\$ 426.736,80 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)**, para a presente contratação, destinada a um período pelo período de **30 (trinta) meses, prorrogável por até 10 (dez) anos**, calculado com base na pesquisa de preços realizada em atendimento ao **Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**, em seu **artigo 3º, incisos III e IV**, bem como, **§§1º e 3º e artigo 8º**, todos do mencionado dispositivo legal. Insta salientar, que foram observadas todas as diretrizes, parâmetros e recomendações delineadas no **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC**.

8.2. Levando em conta, de que o sigilo do orçamento é uma medida excepcional nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigindo justificativa para ser aplicada, esta administração, opta por observar a regra geral de publicidade e transparência orçamentária, em estrita observância aos princípios da legalidade e publicidade que norteiam a gestão pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Para otimizar as negociações e garantir condições mais vantajosas, que não seriam praticáveis em contratos de prazo reduzido; bem como, para oportunizar a indispensável continuidade dos serviços, promovendo uma gestão responsável e eficaz dos recursos públicos, propõe-se a adoção do **período inicial de 30 (trinta) meses**, para a contratação em tela. Tal prazo, certamente proverá benefícios substanciais e notável estabilidade aos serviços.

9.2. O parcelamento da solução, configura-se como a abordagem mais adequada e vantajosa, permitindo um melhor planejamento e o gerenciamento eficiente das atividades, assegurando a continuidade da execução contratual, a adequada coordenação dos serviços e a mitigação de riscos operacionais, sem prejuízo da eficiência, da economicidade e da regularidade ao atendimento das demandas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas com o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pleiteada, encontra-se incluída no Plano de Contratação Anual (**PCA**) em execução desta Instituição Prisional, nos termos do **Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023**.

11.2. Tal previsão, faz-se imperiosa, haja vista, o cumprimento do disposto no **artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.689 /2023**, que regulamenta o **inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

11.3. O presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se igualmente alinhado ao **Plano de Logística Sustentável** com os critérios de sustentabilidade a serem observados por esta administração, devidamente consignados no **Item 14** deste Estudo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com base nos elementos já delineados no presente Estudo Técnico Preliminar e à luz das melhores práticas administrativas, os principais benefícios da contratação, consistem na centralização e no aprimoramento do controle do abastecimento e dos serviços correlatos da frota de veículos desta Instituição Penal, mediante sistema informatizado integrado, o que possibilita maior transparência, rastreabilidade e segurança das operações. A adoção desse modelo propicia ganhos relevantes de eficiência operacional e econômica, por meio da padronização de procedimentos, da definição de parâmetros objetivos de consumo e preço, do acesso a uma rede ampla e competitiva de postos credenciados e da redução de custos diretos e indiretos associados à gestão administrativa. Ademais, viabiliza a tomada de decisões gerenciais mais qualificadas, com base em relatórios tempestivos e fidedignos, contribui para a prevenção de desperdícios e usos indevidos de recursos públicos e fortalece a gestão contratual, em consonância com os **princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**.

12.2. A administração para o caso em concreto, deverá se utilizar de Edital de **participação ampla**, sendo aplicáveis as **regras de tratamento favorecido** constantes dos **arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006**, observado, o disposto no **§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021**.

No **Acórdão nº 1.932/2016**, o Tribunal de Contas da União entendeu que o valor de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) estabelecido pelo **artigo 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006**, para a realização de certame **exclusivo** para **ME /EPP/COOPERATIVAS**, refere-se apenas a **01 (um) exercício financeiro**. Dessa forma, considerando o valor estimado da contratação e a possibilidade de prorrogação do contrato até o **limite de 10 (dez) anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, faz-se factível a promoção da **participação ampla**.

Nesse contexto, busca-se abrir espaço para uma ampla gama de participantes, através de uma competição mais robusta e diversificada. Uma participação ampla, estimula entre os concorrentes a busca pela qualidade, além de atrair preços mais competitivos, oportunizando a obtenção de melhores resultados para a administração pública. Não obstante, o **tratamento favorecido**, tenciona a promoção da igualdade de oportunidades e a democratização de acesso ao certame, tendo em conta, que as **ME's e EPP's**, muitas vezes possuem menor capacidade competitiva em relação às grandes empresas. Dessa forma, não se trata apenas do cumprimento legal, mas também, representa um parâmetro perspicaz e proativo, para reduzir as disparidades existentes no mercado. Além do mais, tal favorecimento, possui o propósito de estimular o crescimento econômico inclusivo dos mencionados segmentos, aprimorando a transparência e a eficiência dos processos licitatórios, tal como, a gestão responsável dos recursos públicos.

12.3. O estrito cumprimento das normativas e decretos inerentes à nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), que estabelece as regras e procedimentos para contratações públicas, assegurando a legalidade, a segurança jurídica e transparência de todo o processo licitatório em suas fases internas e externas. Além disto, também deverão ser observados a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas, nos termos do Decreto Estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023; assim como, a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, que delibera sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

12.4. A modalidade Pregão Eletrônico, com a adoção do critério de julgamento de **“Menor Preço”** conjuntamente com o modo de disputa **“aberto”**, além de viabilizar indubitável eficácia ao processo licitatório, proporcionará efetiva transparência e competitividade, resultando em propostas mais vantajosas para a instituição, bem como, economia de recursos públicos ao buscar a melhor relação custo-benefício. Ademais, o Pregão em sua **modalidade eletrônica**, objetiva propiciar maior controle e fiscalização, assegurando a consonância com as exigências legais e técnicas deliberadas pelo edital da licitação. A **combinação desses parâmetros** não só otimiza o processo de aquisição de bens ou serviços, como também substancia a credibilidade e eficiência dos trabalhos da administração pública.

12.5. Desenvolvimento de uma atuação administrativa, pautada pelo **princípio da eficiência, eficácia e economicidade dos gastos públicos**, buscando satisfatoriamente os objetivos quantitativos e qualitativos e assegurando, de forma competente, todos os propósitos atribuídos à Administração Pública.

12.6. Observância aos **princípios de sustentabilidade** apresentados nos artigos 5º e 11º da Lei Federal nº 14.133/21, buscando uma **contratação sustentável**, a qual integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. A referida contratação não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento, a elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e gestão de resíduos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A execução do objeto, insere-se no âmbito das atividades rotineiras desta Unidade Prisional, a qual já detém experiência consolidada na utilização de sistemas informatizados de gerenciamento, inexistindo, portanto, necessidade de adequações estruturais, alterações relevantes nas rotinas operacionais ou investimentos adicionais em instalações físicas para a implementação e operacionalização da contratação.

13.2. Quanto às diretrizes de fiscalização e gestão contratual, já foram adotadas medidas junto aos servidores designados a essas responsabilidades, para que as mesmas sejam devidamente implementadas, em cumprimento ao que preceitua o §3º do artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; artigos 8 e 9, acompanhando suas respectivas disposições de parágrafos e incisos, do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; bem como, em consonância com as diretrizes definidas nos artigos 16, 17 e 18 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023 e demais normativas aplicáveis. Essas medidas, centradas na verificação do cumprimento integral dos termos acordados, visam assegurar a eficácia do gerenciamento dos contratos, promovendo uma gestão alinhada às boas práticas administrativas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em atenção às deliberações de sustentabilidade ambiental aplicáveis à presente contratação, apresenta-se a seguir, quadro demonstrativo contendo alguns dos principais impactos ambientais, associados à execução do objeto.

Impactos	Soluções
Emissão de gases de efeito estufa decorrente do consumo de combustíveis fósseis pela frota.	Priorizar, como parâmetro contratual obrigatório, o abastecimento com etanol em veículos flex, reduzindo a intensidade de emissões de CO e alinhando a contratação às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas, bem como às metas da Agenda 2030.
Geração de resíduos perigosos provenientes da troca de óleo lubrificante, filtros e fluidos automotivos.	Exigir da Contratada e de sua rede credenciada o cumprimento integral da Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando o recolhimento, armazenamento adequado, transporte e destinação final ambientalmente adequada de óleos usados, filtros e embalagens, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005 e legislação correlata.
Risco de contaminação do solo e de recursos hídricos em decorrência do manejo inadequado de resíduos oleosos e substâncias químicas.	Determinar que os postos credenciados adotem procedimentos técnicos de acondicionamento seguro, prevenção de vazamentos e segregação de resíduos, bem como comprovem licenciamento ambiental válido e observância das normas dos órgãos ambientais competentes.
Consumo excessivo de água nos serviços de lavagem de veículos.	Estabelecer como diretriz contratual a adoção de práticas de uso racional da água pela rede credenciada, incluindo sistemas de reuso, controle de consumo e priorização de métodos de lavagem menos impactantes, sempre que tecnicamente viáveis.
Aumento da geração de resíduos sólidos comuns e recicláveis decorrentes das atividades operacionais dos postos credenciados.	Exigir a implementação de programas de segregação de resíduos recicláveis e sua destinação à coleta seletiva municipal ou a cooperativas de catadores, em conformidade com a legislação ambiental e normas da ABNT aplicáveis.

Emissões atmosféricas e impactos indiretos à saúde pública associados à ineficiência operacional da frota.

Utilizar o sistema informatizado de gerenciamento para monitorar consumo, quilometragem e desempenho dos veículos, possibilitando a adoção de ações corretivas e preventivas de manutenção, contribuindo para maior eficiência energética, redução de emissões e mitigação de impactos à saúde coletiva.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação, configura-se como **VIÁVEL**, apta a atender, de forma integral e contínua, as necessidades operacionais deste estabelecimento prisional. Destaco, que a ausência de solução estruturada para o **gerenciamento do abastecimento de combustíveis**, implicaria elevação dos custos operacionais, incremento da complexidade administrativa e exposição da Administração a despesas imprevistas. O empreendimento da contratação em tela, objetiva assegurar maior controle, racionalização dos gastos e, sobretudo, a eficiência operacional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLA CAROLINA DE SOUZA TEIXEIRA

Área Requisitante/Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 13:24:17.

EVANIL GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR

Área Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 13:49:56.

Despacho: APROVO, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Área Requisitante/ Área de Planejamento da Contratação.

JOEL LOPES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 26/01/2026 às 19:20:56.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 4.1 - Anexo I - Memória de Cálculo.pdf (2.86 MB)

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Processo SEI nº 006.00016700/2026-02

Objeto: Contratação de empresa especializada na **prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis** em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, pelo **período de 30 (trinta) meses**.

1. INTRODUÇÃO

A presente memória de cálculo, tem por finalidade demonstrar, de forma técnica e transparente, os critérios metodológicos adotados para a definição das quantidades estimadas e para a apuração dos custos envolvidos na contratação pelo período de **30 (trinta) meses**.

2. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO

Os quantitativos e valores estimados foram estabelecidos com base na análise das necessidades operacionais da Unidade Prisional, no histórico de consumo da frota, nas características dos veículos utilizados e nas demandas institucionais permanentes e eventuais.

Para a composição dos custos, foram considerados os preços unitários obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada em conformidade com a legislação vigente, especialmente o **Decreto Estadual nº 67.888/2023**, bem como as diretrizes e parâmetros referenciais constantes do CADTERC em seu **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos** assegurando-se a fidedignidade das estimativas, a transparência dos critérios utilizados e a adequada formação do valor referencial da contratação.

Integram o presente documento, para fins de fundamentação técnica, comprovação dos parâmetros adotados e adequada instrução do processo administrativo, os registros que subsidiaram a definição dos quantitativos estimados e das projeções de consumo, os quais foram devidamente considerados na elaboração das estimativas e na metodologia de cálculo adotada, a saber:

I - Documentação interna da frota oficial:

- a)** Relação atualizada dos veículos pertencentes à frota oficial da Unidade;
- b)** Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, correspondentes aos veículos ativos, para fins de identificação, regularidade e caracterização da frota; e
- c)** Planilhas demonstrativas de consumo referente ao **exercício de 2025**, elaboradas a partir de consulta à plataforma eletrônica

[“https://linkbeneficios.com.br/Intranet/Sisatec/”](https://linkbeneficios.com.br/Intranet/Sisatec/), sistema informatizado administrado pela empresa atualmente responsável pela prestação dos serviços de gerenciamento de abastecimento a este estabelecimento prisional.

II - Documentação Extraída do Sistema de Administração de Frota – SAF:

- a) Cadastro dos veículos ativos, mantido pelo SAF, sistema oficial responsável pela gestão das frotas de veículos do Estado de São Paulo;
- b) Relação atualizada dos motoristas ativos vinculados à frota; e
- c) Relação dos condutores ativos habilitados para a condução dos veículos oficiais.

III - Listas Extraídas do sítio eletrônico oficial da Secretaria de Administração Penitenciária, disponível em: “https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/complexos_penais.html”:

- a) Relação de **Complexos Penais e Unidades Prisionais**, vinculados à Secretaria da Administração Penitenciária, considerados como possíveis deslocamentos Institucionais em decorrência das demandas operacionais.

Os documentos ora elencados, constituem elementos essenciais de suporte técnico à presente Memória de Cálculo, tendo sido utilizados como base objetiva para a análise da composição da frota, do perfil de utilização os veículos, da capacidade operacional disponível e do histórico e projeção de consumo.

3. CRITÉRIO DE FORMAÇÃO DE PREÇO

O custo estimado total de **R\$ 426.736,80 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)** para a contratação foi apurado com base na pesquisa de preços realizada em atendimento ao **Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**, em seu **artigo 3º, incisos III e IV**, bem como, **§§1º e 3º e artigo 8º**, todos do mencionado dispositivo legal. Insta salientar, que foram observadas todas as diretrizes, parâmetros e recomendações delineadas no **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC**. Para fins de transparência, foi acostada à presente Memória de Cálculo, a respectiva **planilha orçamentária**, evidenciando de forma detalhada a metodologia adotada na pesquisa de preços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quantidades estimadas refletem as necessidades reais e imediatas da Unidade Prisional, observando-se rigorosamente além da legislação aplicável, os critérios de

economicidade e razoabilidade. Os valores obtidos, tem por objetivo nortear as próximas etapas do processo de contratação.

Elaborado por: Evanil Garcia de Oliveira Júnior

Cargo: Chefe do Núcleo de Infraestrutura e Logística

Data: 26/01/2026

O custo estimado total de **R\$ 426.736,80 (quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)** para a contratação foi apurado com base na pesquisa de preços realizada em atendimento ao **Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023**, em seu **artigo 3º, incisos III e IV**, bem como, **§§1º e 3º e artigo 8º**, todos do mencionado dispositivo legal. Insta salientar, que foram observadas todas as diretrizes, parâmetros e recomendações delineadas no **Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC**.

COMBUSTÍVEIS

Itens	Quantidade Mensal	UF	Produto	Média ANP 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário	Valor Total Mensal do Item
1	900	Litro	Etanol	R\$ 4,36	III	R\$ 4,36	R\$ 3.924,00
2	700	Litro	Diesel S-10	R\$ 6,06		R\$ 6,06	R\$ 4.242,00
3	300	Litro	Diesel S-500	R\$ 6,17		R\$ 6,17	R\$ 1.851,00

ÓLEO LUBRIFICANTE, FLUIDO DE FREIO E FILTROS

1 – Fluido de Freio, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001-87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001-04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001-01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99	IV	R\$ 45,96	R\$ 45,96
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99		R\$ 45,96	R\$ 45,96
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99		R\$ 45,96	R\$ 45,96

4	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 59,90	R\$ 39,99		R\$ 49,30	R\$ 49,30
5	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99		R\$ 45,96	R\$ 45,96
6	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99		R\$ 45,96	R\$ 45,96
7	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Litro	1	R\$ 48,00	R\$ 49,90	R\$ 39,99		R\$ 45,96	R\$ 45,96

2 – Filtro de ar, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001-87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001-04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001-01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Unidade	1	R\$ 92,00	R\$ 89,90	R\$ 129,99	IV	R\$ 103,96	R\$ 103,96
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Unidade	1	R\$ 150,00	R\$ 199,00	R\$ 189,99		R\$ 179,66	R\$ 179,66
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Unidade	1	R\$ 42,00	R\$ 96,00	R\$ 54,99		R\$ 64,33	R\$ 64,33
4	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Unidade	1	R\$ 95,00	R\$ 149,90	R\$ 94,99		R\$ 113,30	R\$ 113,30
5	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 199,00	R\$ 109,99		R\$ 143,00	R\$ 143,00
6	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 199,00	R\$ 121,99		R\$ 145,33	R\$ 145,33
7	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 153,90	R\$ 119,99		R\$ 129,63	R\$ 129,63

3 – Filtro de combustível, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001-87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001-04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001-01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Unidade	1	R\$ 80,00	R\$ 119,90	R\$ 164,99	IV	R\$ 121,63	R\$ 121,63
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Unidade	1	R\$ 300,00	R\$ 149,90	R\$ 69,99		R\$ 173,30	R\$ 173,30
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Unidade	1	R\$ 145,00	R\$ 149,90	R\$ 91,99		R\$ 128,96	R\$ 128,96
4	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Unidade	1	R\$ 36,00	R\$ 49,90	R\$ 24,99		R\$ 36,96	R\$ 36,96
5	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Unidade	1	R\$ 89,00	R\$ 129,90	R\$ 55,99		R\$ 91,63	R\$ 91,63
6	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Unidade	1	R\$ 67,00	R\$ 79,90	R\$ 74,99		R\$ 73,96	R\$ 73,96
7	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Unidade	1	R\$ 354,00	R\$ 169,00	R\$ 159,99		R\$ 227,66	R\$ 227,66

4 – Filtro de óleo, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001-87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001-04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001-01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Unidade	1	R\$ 70,00	R\$ 79,90	R\$ 49,99	IV	R\$ 66,63	R\$ 66,63
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 199,90	R\$ 99,99		R\$ 138,30	R\$ 138,30
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Unidade	1	R\$ 100,00	R\$ 159,90	R\$ 39,99		R\$ 99,96	R\$ 99,96

4	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Unidade	1	R\$ 30,00	R\$ 59,90	R\$ 34,99		R\$ 41,63	R\$ 41,63
5	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Unidade	1	R\$ 40,00	R\$ 99,90	R\$ 119,99		R\$ 86,63	R\$ 86,63
6	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Unidade	1	R\$ 58,00	R\$ 129,90	R\$ 71,99		R\$ 86,63	R\$ 86,63
7	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 159,90	R\$ 94,99		R\$ 124,96	R\$ 124,96

5 – Óleo lubrificante 15w40, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001-87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001-04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001-01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 44,90	R\$ 31,99	IV	R\$ 41,30	R\$ 41,30
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 44,90	R\$ 31,99		R\$ 41,30	R\$ 41,30
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 44,90	R\$ 31,99		R\$ 41,30	R\$ 41,30
4	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 44,90	R\$ 31,99		R\$ 41,30	R\$ 41,30
5	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 49,90	R\$ 31,99		R\$ 42,96	R\$ 42,96
6	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Litro	1	R\$ 47,00	R\$ 44,90	R\$ 31,99		R\$ 41,30	R\$ 41,30

6 – Óleo lubrificante 5w30, com serviço de troca.

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001- 87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001- 04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001- 01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Litro	1	R\$ 46,00	R\$ 39,90	R\$ 44,99	IV	R\$ 43,63	R\$ 43,63

LAVAGEM SIMPLES

Itens	Veículo (Marca - Modelo)	Ano Fabr./Mod.	Placa	Unidade	Quantidade Mensal	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA CNPJ nº 53.027.959/0001- 87 - 16/01/2026	SILVEIRA & DUARTE AVARE LTDA CNPJ nº 05.233.539/0001- 04 - 20/01/2026	AUTO POSTO AVENIDA DE AVARE LTDA CNPJ nº 31.250.324/0001- 01 - 22/01/2026	Decreto Estadual nº 67.888/2023 - artigo 3º, inciso:	Valor Unitário (Média)	Valor Total Mensal do Item
1	Caminhão GMC 6100	1998/1998	BVZ-6172	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 75,00	IV	R\$ 131,67	R\$ 131,67
2	Iveco Daily 55c16	2007/2008	DJP-6709	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 75,00		R\$ 131,67	R\$ 131,67
3	GM/S-10	2011/2011	DJL-8873	Unidade	1	R\$ 150,00	R\$ 120,00	R\$ 50,00		R\$ 106,67	R\$ 106,67
4	Toyota Hilux SW4	2013/2013	CFY-2642	Unidade	1	R\$ 150,00	R\$ 120,00	R\$ 50,00		R\$ 106,67	R\$ 106,67
5	Peugeot Boxer	2010/2011	DJL-4681	Unidade	1	R\$ 150,00	R\$ 120,00	R\$ 50,00		R\$ 106,67	R\$ 106,67
6	Renault Master	2017/2018	PZH-7074	Unidade	1	R\$ 150,00	R\$ 120,00	R\$ 50,00		R\$ 106,67	R\$ 106,67
7	VW 8.150E Delivery	2007/2008	DJP-6741	Unidade	1	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 50,00		R\$ 123,33	R\$ 123,33
8	Chevrolet Spin 1.8 LT	2024/2025	CUX-5J98	Unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 60,00	R\$ 50,00		R\$ 76,67	R\$ 76,67

PLANILHA DE RESERVA DE RECURSOS: Volume 17 – Data-base: fevereiro/2025 – Versão 01: novembro/2025 – Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Veículos do CADTERC.

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Etanol	900	4,36	R\$ 3.924,00
Diesel S-500	700	6,06	R\$ 4.242,00
Diesel S-10	300	6,17	R\$ 1.851,00
Fluido de freio, com serviço de troca.	7	46,44	R\$ 325,08
Filtro de ar, com serviço de troca.	7	125,60	R\$ 879,20
Filtro de combustível, com serviço de troca.	7	122,02	R\$ 854,14
Filtro de óleo, com serviço de troca.	7	92,11	R\$ 644,77
Óleo mineral, com serviço de troca.	25	41,87	R\$ 1.046,75
Lavagem de veículo médio	1	76,67	R\$ 76,67
Lavagens de veículos grandes	7	116,19	R\$ 813,33
Total Mensal sem Taxa de Administração			R\$ 14.656,94
Taxa de Administração (3º Quartil)	-2,95%		-R\$ 432,38
Valor Total Mensal			R\$ 14.224,56
Valor Total para 30 meses			R\$ 426.736,80

Relação atualizada dos veículos pertencentes à frota oficial da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré.

1) Veículos Próprios:

	Veículo (Marca - Modelo)	Placa	Potência/ Cilindrada cm³	Patrimônio	Combustível	Renavam	Chassi	Ano/modelo	Porte
1	Caminhão GMC/6100	BVZ- 6172	90CV/4.100	0527	Diesel S-500	00708013759	9BG343NAWWC004909	1998/1998	Grande
2	Iveco/Daily 55c16	DJP- 6709	155CV/2.998	2367	Diesel S-500	00948636300	93ZC53B0188400661	2007/2008	Grande
3	GM/S-10	DJL- 8873	140CV/2.800	3704	Diesel S-500	00456015060	9BG124GJ0BC493557	2011/2011	Grande
4	Toyota/Hilux SW4	CFY- 2642	163CV/2.694	5394	Flex	585787557	8AJZX62G0D5004640	2013/2013	Grande
5	Peugeot/Boxer	DJL- 4681	129CV/2.286	3589	Diesel S-500	00274530600	936ZBXM FAB2066018	2010/2011	Grande
6	Renault/Master	PZH- 7074	130CV/2.299	4824	Diesel S-10	01113640178	93YMAF4XEJJ735836	2017/2018	Grande
7	VW/8.150E Delivery	DJP- 6741	143CV/3.000	4926	Diesel S-500	00946173087	9BWA952P38R816229	2007/2008	Grande

2) Veículo Locado:

	Veículo (Marca - Modelo)	Placa	Potência/ Cilindrada cm³	Patrimônio	Combustível	Renavam	Chassi	Ano/modelo	Porte
1	Chevrolet Spin 1.8 LT	CUX- 5J98	111CV/1.800	LOCADO	Flex	01411080006	9BGJB7520SB165423	2024/2025	Médio



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00708013759

PLACA

BVZ6172

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

1998

ANO MODELO

1998

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

04707680489

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

GMC/6100

ESPÉCIE / TIPO

CARGA CAMINHAO

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

9BG343NAWWC004909

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:25:15.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

3.9

POTÊNCIA/CILINDRADA

90CV/4100

PESO BRUTO TOTAL

6.3

MOTOR

SA8A91-592306

CMT

9.0

EIXOS

*

LOTAÇÃO

03P

CARROCERIA

CARROCERIA ABERTA

NOME

PENITENCIARIA NELSON MARCONDES DO AMARAL

CPF / CNPJ

96.291.141/0057-34

LOCAL

AVARE SP

DATA

15/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00948636300

PLACA

DJP6709

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2007

ANO MODELO

2008

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

06204106444

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

IVECO/DAILY55C16 CS

ESPÉCIE / TIPO

MISTO CAMINHAO

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

93ZC53B0188400661

COR PREDOMINANTE

PRATA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:24:16.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

ALTERAÇÃO DOC. ESPÉCIE

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA OFICIAL		CAPACIDADE 3.19	
POTÊNCIA/CILINDRADA 155CV/****		PESO BRUTO TOTAL 5.3	
MOTOR 00007027412	CMT 8.0	EIXOS 2	LOTAÇÃO 03P
CARROCERIA TRANSPORTE DE PRESOS			
NOME PENITENCIARIA NELSON MARCONDES DO AMARAL			
		CPF / CNPJ 96.291.141/0057-34	
LOCAL AVARE SP		DATA 15/01/2025	

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF *	DATA DE QUITAÇÃO *	PAGAMENTO <input type="checkbox"/> COTA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	
REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$) *	CUSTO DO BILHETE (R\$) *	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R\$) *	
REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R\$) *	VALOR DO IOF (R\$) *	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) *	

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00456015060

PLACA

DJL8873

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2011

ANO MODELO

2011

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

18563631451

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

GM/S10 COLINA S

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

9BG124GJ0BC493557

COR PREDOMINANTE

PRATA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:19:54.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA OFICIAL		CAPACIDADE 1.0	
POTÊNCIA/CILINDRADA 140CV/2800		PESO BRUTO TOTAL 2.7	
MOTOR M1A413096	CMT 3.3	EIXOS *	LOTAÇÃO 09P
CARROCERIA TRANSPORTE DE PRESOS			
NOME SAO PAULO SECRETARIA DA ADMINSTRACAO PEN			
		CPF / CNPJ 96.291.141/0057-34	
LOCAL AVARE SP		DATA 15/01/2025	

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF *	DATA DE QUITAÇÃO *	PAGAMENTO <input type="checkbox"/> COTA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	
REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$) *	CUSTO DO BILHETE (R\$) *	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R\$) *	
REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R\$) *	VALOR DO IOF (R\$) *	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) *	

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00585787557

PLACA

CFY2642

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2013

ANO MODELO

2013

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

16514932421

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

I/TOYOTA HILUX SW4 4X2SR

ESPÉCIE / TIPO

MISTO UTILITARIO

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

8AJZX62G0D5004640

COR PREDOMINANTE

PRATA

COMBUSTÍVEL

ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 18/12/2025 às 10:23:56.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

0.63

POTÊNCIA/CILINDRADA

163CV/2694

PESO BRUTO TOTAL

2.39

MOTOR

2TR7587854

CMT

3.14

EIXOS

2

LOTAÇÃO

05P

CARROCERIA

JIPE

NOME

PENITENCIARIA FEMININA SANT ANA

CPF / CNPJ

96.291.141/0143-00

LOCAL

SAO PAULO SP

DATA

10/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00274530600

PLACA

DJL4681

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2010

ANO MODELO

2011

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

32176468172

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

PEUGEOT/BOXER MARIMAR A

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

936ZBXMFB2066018

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:18:35.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

1.52

POTÊNCIA/CILINDRADA

129CV/2286

PESO BRUTO TOTAL

3.3

MOTOR

F1AE0481T*7094001*

CMT

3.7

EIXOS

2

LOTAÇÃO

08P

CARROCERIA

AMBULANCIA

NOME

PENITENCIARIA NELSON MARCONDES DO AMARAL

CPF / CNPJ

96.291.141/0057-34

LOCAL

AVARE SP

DATA

15/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01113640178

PLACA

PZH7074

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2017

ANO MODELO

2018

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

70929515269

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

RENAULT/MASTER MAR TPRe1

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

93YMAF4XEJJ735836

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:24:46.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

1.43

POTÊNCIA/CILINDRADA

130CV/2299

PESO BRUTO TOTAL

3.5

MOTOR

M9TD882C018057

CMT

5.5

EIXOS

2

LOTAÇÃO

15P

CARROCERIA

TRANSPORTE DE PRESOS

NOME

SAO PAULO SECRETARIA DA ADM PENITENCIARI

CPF / CNPJ

96.291.141/0057-34

LOCAL

AVARE SP

DATA

15/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

00946173087

PLACA

DJP6741

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2007

ANO MODELO

2008

NÚMERO DO CRV



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

14402679045

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

VW/8.150E DELIVERY

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL CAMINHAO

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

9BWA952P38R816229

COR PREDOMINANTE

PRATA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN SP (2F2EE82350FEE16296D9FFB23C20F964D4900B52) em 04/08/2025 às 08:25:45.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

5.05

POTÊNCIA/CILINDRADA

143CV/3000

PESO BRUTO TOTAL

7.85

MOTOR

P1A012680

CMT

8.0

EIXOS

3

LOTAÇÃO

03P

CARROCERIA

TRANSPORTE DE PRESOS

NOME

SAO PAULO SECRETARIA DA ADM PENIT PII N

CPF / CNPJ

96.291.141/0057-34

LOCAL

AVARE SP

DATA

15/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



DETRAN- SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01411080006

PLACA

CUX5J98

EXERCÍCIO

2025

ANO FABRICAÇÃO

2024

ANO MODELO

2025

NÚMERO DO CRV

244129808427



Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

81788480854

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

CHEV/SPIN 1.8L MT LT

ESPÉCIE / TIPO

PASSEIRO AUTOMÓVEL

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

9BGJB7520SB165423

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por eFrotas-CRLV (idea02f) em 10/02/2025 às 00:44:16.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

BENEF. TRIBUTARIO 28/08/2025

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

PARTICULAR

CAPACIDADE

*, *

POTÊNCIA/CILINDRADA

111CV/1800

PESO BRUTO TOTAL

1.7

MOTOR

MU5001589

CMT

1.7

EIXOS

*

LOTAÇÃO

05P

CARROCERIA

Não APLICÁVEL

NOME

LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS SA

CPF / CNPJ

02.491.558/0001-42

LOCAL

SAO PAULO SP

DATA

23/01/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

Planilhas demonstrativas de consumo referentes ao **EXERCÍCIO DE 2025**, elaboradas a partir de consulta à plataforma eletrônica “<https://linkbeneficios.com.br/Intranet/Sisatec/>”, sistema informatizado administrado pela empresa atualmente responsável pela prestação dos serviços de gerenciamento de abastecimento a este estabelecimento prisional.

a) Álcool, Diesel S-500 e Diesel-S10:

	MESES	Álcool		Diesel S-500		Diesel S-10	
		Litros	Valor (R\$)	Litros	Valor (R\$)	Litros	Valor (R\$)
1	Janeiro	744,36	2.994,06	1.035,80	6.374,32	14,88	89,13
2	Fevereiro	1.147,80	4.845,39	196,04	1.281,54	214,24	1.406,24
3	Março	799,71	3.329,31	266,97	1.731,26	348,34	2.282,97
4	Abril	947,08	3.976,71	746,11	4.737,01	0,00	0,00
5	Maio	1.090,12	4.583,11	594,53	3.641,89	128,08	869,66
6	Junho	947,56	3.777,95	850,79	5.218,42	143,68	910,77
7	Julho	927,12	3.628,09	790,43	4.859,14	311,81	1.865,31
8	Agosto	846,68	3.325,74	395,71	2.431,88	215,74	1.360,06
9	Setembro	1.229,40	4.990,81	673,62	4.219,38	0,00	0,00
10	Outubro	817,96	3.278,66	559,83	3.430,62	309,39	1.907,43
11	Novembro	297,92	1.228,26	609,97	3.702,58	170,63	1.076,46
12	Dezembro	739,85	R\$ 3.177,53	449,64	R\$ 2.666,26	186,18	1.175,29
Média Mensal		877,96	R\$ 3.594,64	597,45	R\$ 3.691,19	204,30	R\$ 1.294,33

b) Filtros, Fluidos e Óleo lubrificante:

	MESES	Filtro de Ar		Filtro de Combustível		Filtro de Óleo		Óleo Mineral 15W-40 - Diesel		Fluido de Freio		Total	
		Unidade	Valor (R\$)	Unidade	Valor (R\$)	Unidade	Valor (R\$)	Litros	Valor (R\$)	Litros	Valor (R\$)	Unidade ou Litros	Valor (R\$)
1	Janeiro	2,00	210,00	1,00	89,00	2,00	70,00	13,00	652,00	0,00	0,00	18,00	1.021,00
2	Fevereiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Março	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Abril	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Maio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	40,00	1,00	40,00
6	Junho	1,00	115,00	2,00	344,00	1,00	100,00	9,00	423,00	0,00	0,00	13,00	982,00
7	Julho	0,00	0,00	1,00	70,00	1,00	105,00	7,00	329,00	0,00	0,00	9,00	504,00
8	Agosto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Setembro	1,00	95,00	0,00	0,00	1,00	30,00	6,00	276,00	0,00	0,00	8,00	401,00
10	Outubro	2,00	235,00	2,00	146,00	2,00	98,00	15,00	825,00	0,00	0,00	21,00	1.304,00
11	Novembro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Dezembro	1,00	R\$ 42,00	1,00	R\$ 145,00	1,00	R\$ 100,00	10,00	R\$ 502,00	0,00	R\$ 0,00	13,00	789,00
Média Mensal		0,58	R\$ 58,08	0,58	R\$ 66,17	0,67	R\$ 41,92	5,00	R\$ 250,58	0,08	R\$ 3,33	6,92	420,08

Cadastro dos Veículos Ativos/Garagem

SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA

FROTA : COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO

SUB-FROTA : PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II

Oraão Detentor:CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO

OperaçõesConsultasRelatóriosCadastrosAdministraçãoEncerrar

Garagem:kua Antonio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande

Grupo UCTI:S2

Placa	Patrimônio	Marca	Modelo	Tipo	Chassi	Renavan	Ano Fabricação	Ano Modelo	Combustível	Origem
CUX-5J98	LOCADO	GM	SPIN 1.8 L MT LT	PAS/AUTOMOVEL	9BGJB7520SB165423	01411080006	2024	2025	FLEX	LOCADO COM CUSTO

Sub total Grupo UCTI:S2

1

Grupo UCTI:S3

Placa	Patrimônio	Marca	Modelo	Tipo	Chassi	Renavan	Ano Fabricação	Ano Modelo	Combustível	Origem
BVZ-6172	0527	GM	CAMINHÃO	CAMINHAO CAR.MADEIRA	9BG343NAWWC004909	708013759	1998	1998	Diesel	PROPRIO

Sub total Grupo UCTI:S3

1

Grupo UCTI:S4

Placa	Patrimônio	Marca	Modelo	Tipo	Chassi	Renavan	Ano Fabricação	Ano Modelo	Combustível	Origem
CFY-2642	5394	TOYOTA	HILUX	VEIC.C/EQUIP.ESP.	8AJZX62G0D5004645	585787557	2013	2013	FLEX	PROPRIO
DJL-4681	3589	PEUGEOT	BOXER	AMBULANCIA	936ZBXMFB2066018	274530600	2010	2011	Diesel	PROPRIO
DJL-8873	3704	GM	S10 COLINA "S"	CAMIONETA DE TRANSPORTE DE PRESOS	9BG124GJ0BC493557	456015060	2011	2011	Diesel	PROPRIO
DJP-6709	2367	IVECO	DAILY	CAMINHAO TRANSP. PRESOS	93ZC53B0188400661	948636300	2007	2008	Diesel	PROPRIO
DJP-6741	4926	VW	8.150	CAMINHAO TRANSP. PRESOS	9BWA952P38R816229	946173087	2007	2008	Diesel	PROPRIO
PZH-7074	4824	RENAULT	MASTER MINUBUS	CAMIONETA DE TRANSPORTE DE PRESOS	93YMAF4XEJJ35836	01113640178	2017	2018	Diesel	PROPRIO

	Sub total Grupo UCTI:S4
6	
	SUB TOTAL GARAGEM: Rua Antônio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande
8	
	SUB TOTAL ORGAO_DETENTOR: CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO
8	
	SUB TOTAL SUB_FROTA: PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II
8	
	SUB TOTAL FROTA: COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO
8	
	SUB TOTAL SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA
8	
Total Geral	
8	

Relação dos Motoristas

SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA

FROTA : COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO

SUB-FROTA : PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II

Orgão Detentor:CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO

Garagem:Rua Antônio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande

Nome	RG	Validade da Habilitação	Categoria
MARCOS MUNHOZ	13953196	11/11/2030	A/E

SUB TOTAL GARAGEM: Rua Antônio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande

1

SUB TOTAL ORGAO_DETENTOR: CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO

1

SUB TOTAL SUB_FROTA: PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II

1

SUB TOTAL FROTA: COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO

1

SUB TOTAL SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA

1

Total Geral

1

Relação dos Condutores Autorizados Ativos

SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA

FROTA : COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO

SUB-FROTA : PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II

Orgão Detentor:CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO

Garagem:Rua Antônio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande

Nome	RG	Inicio Autorização	Final Autorização	Validade da Habilitação
ANDRÉ APARECIDO CHINEDESSI	29046746	01/01/2026	30/07/2026	26/04/2034
ELI BRAZ DA SILVA	30349550	01/01/2026	30/06/2026	13/07/2033
EVANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	25987619	01/01/2026	30/06/2026	09/01/2034
FRANCISCO RIBEIRO NETO	28949090	23/01/2026	22/06/2026	26/01/2033
GILDO ANDRÉ BEXIGA	27955524	01/01/2026	30/06/2026	13/03/2034
GIOVANO GABRIEL DE BRITO	264467991	01/01/2026	30/06/2026	15/02/2032
JULIANO ANTONIO PAGANI	24701387	23/01/2026	22/06/2026	08/09/2033
JULIANO FRANCISCO	43193717	01/01/2026	29/06/2026	24/04/2033
MARCIO WILSON PEREIRA	219723576	09/01/2026	08/07/2026	11/06/2029
RODRIGO VILLELA AGUILAR	2511760376	15/01/2026	15/06/2026	15/05/2033
VALDINEI APARECIDO RIBEIRO	3042557662	01/01/2026	30/06/2026	14/03/2033
WAGNER CARLOS DE OLIVEIRA	43149866	23/01/2026	22/06/2026	26/10/2032
WANDERLEY AUGUSTO DA SILVA	567362760	06/01/2026	04/07/2026	26/06/2034
MARLON ALVES OLIVEIRA	43765302	25/01/2026	26/06/2026	14/12/2031
Washington Caires Silva	30309889	24/01/2026	25/06/2026	22/10/2035

SUB TOTAL GARAGEM: Rua Antônio Quintiliano Teixeira, nº 800- Ditr. Barra Grande

15

SUB TOTAL ORGAO_DETENTOR: CENTRO ADMINISTRATIVO - NÚCLEO DE INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO

15

SUB TOTAL SUB_FROTA: PENITENCIARIA "NELSON MARCONDES DO AMARAL" DE AVARE - II

15

SUB TOTAL FROTA: COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIAO NOROESTE DO ESTADO

15

SUB TOTAL SECRETARIA: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA

15

Total Geral

15

COMPLEXOS PENAIS

TOTAL: 36 (trinta e seis) complexos

CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

1. **Unidade Prisional:** Hortolândia - Penit. II "Odete Leite de Campos Critter" RSA
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 – Bairro Jardim Novo Ângulo – CEP nº 13.185-901 – Hortolândia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Campinas/Hortolândia
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
2. **Unidade Prisional:** Hortolândia - Penit. III
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 – Bairro Jardim Novo Ângulo – CEP nº 13.185-901 – Hortolândia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Campinas/Hortolândia
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
3. **Unidade Prisional:** Campinas - CDP
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 4,5 – Bairro Nova Boa Vista – CEP nº 13.068-219 – Campinas – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Campinas/Hortolândia
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
4. **Unidade Prisional:** Hortolândia - CDP
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 4,5 – Bairro Nova Boa Vista – CEP nº 13.068-219 – Campinas – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Campinas/Hortolândia
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
5. **Unidade Prisional:** Hortolândia - CPP (Penit. I)
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 – Bairro Nova Boa Vista – CEP nº 13.185-900 – Hortolândia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Campinas/Hortolândia
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
6. **Unidade Prisional:** Capela do Alto - Penit. I + PRSA
Endereço: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Km 134,1 – Bairro Capanema – CEP nº 18.195-900 – Capela do Alto – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Capela do Alto
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
7. **Unidade Prisional:** Capela do Alto - Penit. II "Dr. Enio Mendes Junior" + PRSA + PC
Endereço: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Km 134 – Bairro Capanema – CEP nº 18.195-900 – Capela do Alto – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Capela do Alto
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
8. **Unidade Prisional:** Guareí - Penit. I "Nelson Vieira"
Endereço: Estrada Vicinal Domiciano de Souza (GRI-253) – CEP nº 18.250-900 – Guareí – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Guareí
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
9. **Unidade Prisional:** Guareí - Penit. II + PC
Endereço: Estrada Vicinal Domiciano de Souza (GRI-253) – CEP nº 18.250-900 – Guareí – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Guareí
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

- 10. Unidade Prisional:** Itapetininga - Penit. I "Jairo de Almeida Bueno" + APP
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 – CEP nº 18.211-265 – Itapetininga – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Itapetininga
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 11. Unidade Prisional:** Itapetininga - Penit. II "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" + APP
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 – CEP nº 18.211-265 – Itapetininga – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Itapetininga
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 12. Unidade Prisional:** Itapetininga - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 – CEP nº 18.211-277 – Itapetininga – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Itapetininga
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 13. Unidade Prisional:** Sorocaba - Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + APP + PC
Endereço: Avenida Dr. Antonio de Souza Neto, nº 100 – CEP nº 18.087-000 – Sorocaba – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Sorocaba
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 14. Unidade Prisional:** Sorocaba - CDP + APP
Endereço: Avenida Dr. Antonio de Souza Neto, nº 300 – CEP nº 18.087-210 – Sorocaba – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Sorocaba
Coordenadoria: CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 15. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. I "Mário Moura Albuquerque" + APP + PRSA
Endereço: Rodovia Edgar Máximo Zambotto, Km 44,5 – CEP nº 07.780-000 – Franco da Rocha – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Franco da Rocha
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 16. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. II "Nilton Silva"
Endereço: Estrada Edgar Máximo Zambotto, Km 44,5, nº 354 – CEP nº 07.834-950 – Franco da Rocha – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Franco da Rocha
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 17. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. III "José Aparecido Ribeiro"
Endereço: Rua Marcos Vinícios Goes, s/nº – CEP nº 07.780-000 – Franco da Rocha – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Franco da Rocha
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 18. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - CDP + PRSA
Endereço: Rua Marcos Vinícios Donadel Goes, s/n – CEP nº 07.780-000 – Franco da Rocha – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Franco da Rocha
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 19. Unidade Prisional:** Guarulhos - Penit. I "José Parada Neto" + PRSA
Endereço: Rua Benedito Climério de Santana, nº 600 – CEP nº 07.034-080 – Guarulhos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Guarulhos
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 20. Unidade Prisional:** Guarulhos - Penit. II "Adriano Marrey" + PRSA
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, Km 13 – CEP nº 07.034-000 – Guarulhos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Guarulhos
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 21. Unidade Prisional:** Guarulhos - CDP I "ASP Giovani Martins Rodrigues" + PRSA
Endereço: Rua José Marques Prata, nº 240 – CEP nº 07.034-090 – Guarulhos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Guarulhos
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 22. Unidade Prisional:** Guarulhos - CDP II + APP + PC
Endereço: Avenida Guinle, s/n – CEP nº 07.221-070 – Guarulhos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Guarulhos
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 23. Unidade Prisional:** Osasco - CDP I "ASP Ederson Vieira de Jesus"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 20 – CEP nº 06.149-120 – Osasco – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Osasco
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 24. Unidade Prisional:** Osasco - CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 20 – CEP nº 06.149-120 – Osasco – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Osasco
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 25. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP I de Chácara Belém + APP
Endereço: Avenida Condessa Elizabeth Robiano, nº 900 – CEP nº 03.021-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 26. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP II "ASP Paulo Gilberto de Araújo" de Chácara Belém + APP
Endereço: Avenida Condessa Elizabeth Robiano, nº 900 – CEP nº 03.021-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 27. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros + APP
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1525 – CEP nº 05.310-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 28. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1501 – CEP nº 05.310-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 29. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP III de Pinheiros + APP
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1230 – CEP nº 05.310-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 30. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP IV de Pinheiros
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1405 – CEP nº 05.310-000 – São Paulo – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de São Paulo
Coordenadoria: CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 31. Unidade Prisional:** Álvaro de Carvalho - Penit. I "Valentim Alves da Silva" + APP
Endereço: Rodovia Mamede Barreto, SP 349 Km 36 – CEP nº 17.419-899 – Álvaro de Carvalho – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Álvaro de Carvalho
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 32. Unidade Prisional:** Álvaro de Carvalho - Penit. II
Endereço: Rodovia Mamede Barreto, SP 349 Km 36 – CEP nº 17.419-899 – Álvaro de Carvalho – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Álvaro de Carvalho
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 33. Unidade Prisional:** Balbinos - Penit. I "Rodrigo dos Santos Freitas" + APP
Endereço: Rodovia de Acesso Arcírio Rigotto, Km 2,5 – CEP nº 16.640-900 – Balbinos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Balbinos
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 34. Unidade Prisional:** Balbinos - Penit. II "Gilmar Monteiro de Souza"
Endereço: Rodovia de Acesso Arcírio Rigotto, Km 2,6 – CEP nº 16.640-901 – Balbinos – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Balbinos
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 35. Unidade Prisional:** Bauru - CPP I "Dr. Alberto Brocchieri"
Endereço: Rodovia Marechal Rondon, Km 350 – CEP nº 17.022-900 – Bauru – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Bauru
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 36. Unidade Prisional:** Bauru - CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna"
Endereço: Rodovia Marechal Rondon, Km 350 – CEP nº 17.022-900 – Bauru – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Bauru
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 37. Unidade Prisional:** Cerqueira César - Penit. I + APP
Endereço: Rodovia Salim Antonio Curiati (SP-245), Km 21 + 260 m – CEP nº 18.769-899 – Cerqueira César – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Cerqueira César
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 38. Unidade Prisional:** Cerqueira César - Penit. II
Endereço: Rodovia Salim Antonio Curiati (SP-245), Km 21 + 260 m – CEP nº 18.769-899 – Cerqueira César – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Cerqueira César
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 39. Unidade Prisional:** Gália - Penit. I + PRSA + PC
Endereço: SP-331, Km 168 – Sentido Norte – CEP nº 17.450-900 – Gália – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Gália
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 40. Unidade Prisional:** Gália - Penit. II + PRSA + PC
Endereço: SP-331, Km 168 – Sentido Norte – CEP nº 17.450-901 – Gália – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Gália
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 41. Unidade Prisional:** Marília - Penit. "José Luiz Mansur" + PRSA
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 465 – CEP nº 17.525-320 – Marília – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Marília
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 42. Unidade Prisional:** Marília - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 465 – CEP nº 17.500-970 – Marília – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Marília
Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 43. Unidade Prisional:** Pirajuí - Penit. I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz" + PRSA

Endereço: Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, Km 6 – CEP nº 16.600-000 – Pirajuí – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Pirajuí

Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

44. Unidade Prisional: Pirajuí - Penit. II "Luiz Gonzaga Vieira"

Endereço: Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, Km 6 – CEP nº 16.602-000 – Pirajuí – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Pirajuí

Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

45. Unidade Prisional: Reginópolis - Penit. I "Tenente PM José Alfredo Cintra Borin" + APP

Endereço: Estrada Vicinal Roberto Kassim, Km 4 – CEP nº 17.196-901 – Reginópolis – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Reginópolis

Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

46. Unidade Prisional: Reginópolis - Penit. II "Sgto. PM Antonio Luiz de Souza" + PC

Endereço: Estrada Vicinal Roberto Kassim, Km 4,1 – CEP nº 17.196-902 – Reginópolis – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Reginópolis

Coordenadoria: CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

47. Unidade Prisional: Ribeirão Preto - Penit. + APP

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 47 – CEP nº 14.097-900 – Ribeirão Preto – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Ribeirão Preto

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

48. Unidade Prisional: Ribeirão Preto - CDP "ASP Nayan Xavier Ribeiro"

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 47 – CEP nº 14.097-900 – Ribeirão Preto – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Ribeirão Preto

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

49. Unidade Prisional: Riolândia - Penit. "João Batista de Santana"

Endereço: Estrada Municipal Waldemar Lopes Ferraz, Km 2 – CEP nº 15.496-900 – Riolândia – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Riolândia

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

50. Unidade Prisional: Riolândia - CDP "ASP Valdecir Fabiano"

Endereço: Estrada Municipal Waldemar Lopes Ferraz, Km 2 – CEP nº 15.496-900 – Riolândia – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Riolândia

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

51. Unidade Prisional: São José do Rio Preto - CDP

Endereço: Rodovia BR-153, Km 47 – CEP nº 15.052-900 – São José do Rio Preto – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São José do Rio Preto

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

52. Unidade Prisional: São José do Rio Preto - CPP "Dr. Javert de Andrade"

Endereço: Rodovia BR-153, Km 47,5 – CEP nº 15.052-903 – São José do Rio Preto – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São José do Rio Preto

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

53. Unidade Prisional: São José do Rio Preto - CR Feminino + RSA + PC - Regime: fechado e semiaberto

Endereço: Rodovia BR-153, Km 47,5 – CEP nº 15.053-750 – São José do Rio Preto – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São José do Rio Preto

Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

54. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. I

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – CEP nº 14.230-901 – Serra Azul – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Serra Azul
Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

55. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. II + PRSA
Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – CEP nº 14.230-902 – Serra Azul – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Serra Azul
Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

56. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. III "ASP Sandro Alves da Silva"
Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – CEP nº 14.230-903 – Serra Azul – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Serra Azul
Coordenadoria: CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

57. Unidade Prisional: Caiuá - Penit. "Bruno Luiz Airolde Leite"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 634 + 240 m – Via de acesso ao município de Caiuá, Km 01 – CEP nº 19.450-901 – Caiuá – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Caiuá
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

58. Unidade Prisional: CDP "Tácio Aparecido Santana" + PC
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 634 + 240 m – Via de acesso ao município de Caiuá, Km 01 – CEP nº 19.450-902 – Caiuá – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Caiuá
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

59. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. I "Vereador Frederico Geometti"
Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – CEP nº 16.850-901 – Lavínia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Lavínia
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

60. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. II "Luis Aparecido Fernandes"
Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – CEP nº 16.850-902 – Lavínia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Lavínia
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

61. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. III "ASP Paulo Guimarães"
Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – CEP nº 16.850-903 – Lavínia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Lavínia
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

62. Unidade Prisional: Lavínia - CDP "ASP Cláudio Chaves do Nascimento" + PC
Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 4,3 – CEP nº 16.800-904 – Lavínia – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Lavínia
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

63. Unidade Prisional: Mirandópolis - Penit. I "Nestor Canoa" + PRSA
Endereço: Avenida Dr. Oswaldo Brandi Faria, nº 4450 – CEP nº 16.800-000 – Mirandópolis – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Mirandópolis
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

64. Unidade Prisional: Mirandópolis - Penit. II "ASP Lindolfo Terçariol Filho"
Endereço: Avenida Dr. Oswaldo Brandi Faria, nº 4450 – CEP nº 16.800-902 – Mirandópolis – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Mirandópolis
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

- 65. Unidade Prisional:** Pacaembu - Penit. "Ozias Lúcio dos Santos"
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 615 – CEP nº 17.860-903 – Pacaembu – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Pacaembu
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 66. Unidade Prisional:** Pacaembu - CPP
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 615 – CEP nº 17.860-904 – Pacaembu – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal I de Pacaembu
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 67. Unidade Prisional:** Pacaembu - CDP I + PC
Endereço: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 7 + 600 m – CEP nº 17.860-000 – Pacaembu – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Pacaembu
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 68. Unidade Prisional:** Pacaembu - CDP II
Endereço: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 7 + 600 m – CEP nº 17.860-000 – Pacaembu – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal II de Pacaembu
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 69. Unidade Prisional:** Presidente Bernardes - Penit. "Silvio Yoshihiko Hinohara" + APP
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 586 – CEP nº 19.300-901 – Presidente Bernardes – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Presidente Bernardes
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 70. Unidade Prisional:** Presidente Bernardes - Centro de Readaptação Penitenciária "Dr. José Ismael Pedrosa" (M e F)
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 586 – CEP nº 19.300-902 – Presidente Bernardes – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Presidente Bernardes
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 71. Unidade Prisional:** Presidente Prudente - Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + PRSA + PC
Endereço: Estrada Irio Zuntini, Km 4 – CEP nº 19.036-901 – Presidente Prudente – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Presidente Prudente
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 72. Unidade Prisional:** Presidente Prudente - CR "ASP Gláucio Reinaldo Mendes Pereira" + RSA + PC - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Estrada Irio Zuntini, s/n – CEP nº 19.036-902 – Presidente Prudente – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Presidente Prudente
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 73. Unidade Prisional:** Tupi Paulista - Penit. "Vanderlei Tartari Monteiro" + PC
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Km 667,8 – CEP nº 17.930-901 – Tupi Paulista – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Tupi Paulista
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 74. Unidade Prisional:** Tupi Paulista - Penit. Feminina + APP + PC
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 667,8 – CEP nº 17.930-902 – Tupi Paulista – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Tupi Paulista
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 75. Unidade Prisional:** Valparaíso - Penit.
Endereço: Estrada Municipal VPS-012 / VPS-351, Km 2 – CEP nº 16.880-901 – Valparaíso – SP.
Complexo Penal: Complexo Penal de Valparaíso
Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

76. Unidade Prisional: Valparaíso - CPP

Endereço: Estrada Municipal VPS-012 / VPS-351, Km 2 – CEP nº 16.880-901 – Valparaíso – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Valparaíso

Coordenadoria: CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

77. Unidade Prisional: Potim - Penit. I “A EVP Jair Guimarães de Lima” + PRSA

Endereço: Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, Km 9,2 – CEP nº 12.526-902 – Potim – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Potim

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

78. Unidade Prisional: Potim - Penit. II + APP

Endereço: Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, Km 9,2 – CEP nº 12.526-902 – Potim – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Potim

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

79. Unidade Prisional: São Vicente - Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + APP + PC

Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 – CEP nº 11.348-970 – São Vicente – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São Vicente

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

80. Unidade Prisional: São Vicente - Penit. II + APP

Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 – CEP nº 11.348-970 – São Vicente – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São Vicente

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

81. Unidade Prisional: São Vicente - CDP "Luis Cesar Lacerda" + APP

Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 – CEP nº 11.348-970 – São Vicente – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de São Vicente

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

82. Unidade Prisional: Tremembé - Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra" + APP + PC

Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 140 – CEP nº 12.122-700 – Tremembé – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Tremembé

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

83. Unidade Prisional: Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" RSA

Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 138,5 – CEP nº 12.122-700 – Tremembé – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Tremembé

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

84. Unidade Prisional: Tremembé - Penit. Feminina II + APP + PC

Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 140,5 – CEP nº 12.122-902 – Tremembé – SP.

Complexo Penal: Complexo Penal de Tremembé

Coordenadoria: CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

UNIDADES PRISIONAIS

PENITENCIÁRIAS

TOTAL: 97 (noventa e sete)

CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

1. **Unidade Prisional:** Campinas - Penit. Feminina RSA
Endereço: Rua João Batista Morato do Canto, 100 – Bairro São Bernardo – CEP nº 13.031-900 – Campinas – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
2. **Unidade Prisional:** Capela do Alto - Penit. I + PRSA
Endereço: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Km 134,1 – Bairro Capanema – CEP nº 18.195-900 – Capela do Alto – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
3. **Unidade Prisional:** Capela do Alto - Penit. II "Dr. Enio Mendes Junior" + PRSA + PC
Endereço: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Km 134 – Bairro Capanema – CEP nº 18.195-901 – Capela do Alto – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
4. **Unidade Prisional:** Guareí - Penit. I "Nelson Vieira"
Endereço: Estrada Vicinal Domiciano de Souza (GRI-253) – Bairro Capela Velha – CEP nº 18.250-900 – Guareí – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
5. **Unidade Prisional:** Guareí - Penit. II + PC
Endereço: Estrada Vicinal Domiciano de Souza (GRI-253) – Bairro Capela Velha – CEP nº 18.250-900 – Guareí – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
6. **Unidade Prisional:** Hortolândia - Penit. II "Odete Leite de Campos Critter" RSA
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 – Bairro Jardim Novo Ângulo – CEP nº 13.185-901 – Hortolândia – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
7. **Unidade Prisional:** Hortolândia - Penit. III
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 – Bairro Nova Boa Vista – CEP nº 13.185-902 – Hortolândia – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
8. **Unidade Prisional:** Iperó - Penit. "Odon Ramos Maranhão" + APP
Endereço: Estrada Municipal Iperó/Tatuí, Km 5,5 – Horto Florestal Bela Vista – CEP nº 18.560-900 – Iperó – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
9. **Unidade Prisional:** Itapetininga - Penit. I "Jairo de Almeida Bueno" + APP
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 – Bairro Capão Alto – CEP nº 18.211-265 – Itapetininga – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

- 10. Unidade Prisional:** Itapetininga - Penit. II "ASP Maria Filomena de Sousa Dias" + APP
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 – Bairro Capão Alto – CEP nº 18.200-970 – Itapetininga – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 11. Unidade Prisional:** Itirapina - Penit. I "Dr. Antônio de Queiróz Filho" + PRSA + PC
Endereço: Avenida Otoniel Augusto Rodrigues, s/n – CEP nº 13.530-000 – Itirapina – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 12. Unidade Prisional:** Itirapina - Penit. II "João Batista de Arruda Sampaio" + APP + PC
Endereço: Rua 2, nº 623 – Distrito Industrial – CEP nº 13.530-000 – Itirapina – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 13. Unidade Prisional:** Limeira - Penit. + PRSA + PC
Endereço: Rodovia Luís Ometto (SP-306), Km 32 + 100 m – Zona Rural – CEP nº 13.489-899 – Limeira – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 14. Unidade Prisional:** Mairinque - Penit. + PRSA
Endereço: Estrada Municipal Sinindu, nº 6905 – Bairro Cristal – CEP nº 18.120-308 – Mairinque – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 15. Unidade Prisional:** Mogi Guaçu - Penit. Feminina + APP + PC
Endereço: Estrada Vicinal Governador Almino Monteiro Álvares Afonso (Rodovia Mogi-Guaçu–Martinho Prado Júnior), Km 14 + 501,44 m – CEP nº 13.855-017 – Mogi Guaçu – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 16. Unidade Prisional:** Piracicaba - Penit. "ASP Luís Ricardo Jock Stoduto" + PRSA
Endereço: Rodovia Laércio Corte (SP-147), Km 132 + 465 m – CEP nº 19.700-000 – Piracicaba – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 17. Unidade Prisional:** Sorocaba - Penit. I "Dr. Danilo Pinheiro" + PRSA
Endereço: Rua Dr. Altino Arantes, 622 – Jardim Paraná – CEP nº 18.076-302 – Sorocaba – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 18. Unidade Prisional:** Sorocaba - Penit. II "Dr. Antônio de Souza Neto" + APP + PC
Endereço: Av. Dr. Antônio de Souza Neto, 100 – Aparecidinha – CEP nº 18.087-000 – Sorocaba – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 19. Unidade Prisional:** Votorantim - Penit. Feminina "Oscar Garcia Machado" + APP + PC
Endereço: Rodovia Raimundo Antunes Soares, Km 105,5 – Bairro Capoavinha – CEP nº 18.115-900 – Votorantim – SP
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 20. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. I "Mário Moura Albuquerque" + APP + PRSA
Endereço: Rodovia Edgar Máximo Zambotto, Alt. Km 44,5 – Serra dos Cristais – CEP nº 07.780-000 – Franco da Rocha – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 21. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. II "Nilton Silva"
Endereço: Estrada Edgar Máximo Zambotto, Km 44,5, nº 354 – Fazenda São Roque – CEP nº 07.834-950 – Franco da Rocha – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 22. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Penit. III "José Aparecido Ribeiro"

Endereço: Rua Marcos Vinícios Goes, s/n – Vila Industrial – CEP nº 07.780-000 – Franco da Rocha – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 23. Unidade Prisional:** Guarulhos - Penit. I "José Parada Neto" + PRSA
Endereço: Rua Benedito Climério de Santana, 600 – Várzea do Palácio – CEP nº 07.034-080 – Guarulhos – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 24. Unidade Prisional:** Guarulhos - Penit. II "Adriano Marrey" + PRSA
Endereço: Rodovia Presidente Dutra, Km 13 – Parque Cecap – CEP nº 07.034-000 – Guarulhos – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 25. Unidade Prisional:** São Paulo - Penit. da Capital RSA
Endereço: Av. Zaki Narchi, 1369 – Carandiru – CEP nº 02.029-001 – São Paulo – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 26. Unidade Prisional:** São Paulo - Penit. Feminina Sant'Ana + PC
Endereço: Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 – Carandiru – CEP nº 02.088-900 – São Paulo – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 27. Unidade Prisional:** São Paulo - Penit. "ASP Joaquim Fonseca Lopes" de Parelheiros + APP
Endereço: Av. Noel Nutels, 100 – Parelheiros – CEP nº 04.896-092 – São Paulo – SP
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 28. Unidade Prisional:** Álvaro de Carvalho - Penit. I "Valentim Alves da Silva" + APP
Endereço: Rodovia Mamede Barreto, SP 349 Km 36 – CEP nº 17.419-899 – Álvaro de Carvalho – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 29. Unidade Prisional:** Álvaro de Carvalho - Penit. II
Endereço: Rodovia Mamede Barreto, SP 349 Km 36 – CEP nº 17.419-899 – Álvaro de Carvalho – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 30. Unidade Prisional:** Avaré - Penit. I "Dr. Paulo Luciano de Campos"
Endereço: Av. Salim Antônio Curiati, 333 – Brás – CEP nº 18.701-230 – Avaré – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 31. Unidade Prisional:** Avaré - Penit. II "Nelson Marcondes do Amaral" + PRSA
Endereço: Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 800 – Distrito Barra Grande – CEP nº 18.704-391 – Avaré – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 32. Unidade Prisional:** Balbinos - Penit. I "Rodrigo dos Santos Freitas" + APP
Endereço: Rodovia de Acesso Arcório Rigotto, Km 2,5 – CEP nº 16.640-900 – Balbinos – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 33. Unidade Prisional:** Balbinos - Penit. II "Gilmar Monteiro de Souza"
Endereço: Rodovia de Acesso Arcório Rigotto, Km 2,6 – CEP nº 16.640-901 – Balbinos – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 34. Unidade Prisional:** Bernardino de Campos - Penit. + APP + PC
Endereço: Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Km 338 – Zona Rural – CEP nº 18.960-000 – Bernardino de Campos – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 35. Unidade Prisional:** Cerqueira César - Penit. I + APP
Endereço: Rodovia Salim Antônio Curiati (SP-245), Km 21 + 260 m – CEP nº 18.769-899 – Cerqueira César – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 36. Unidade Prisional:** Cerqueira César - Penit. II
Endereço: Rodovia Salim Antônio Curiati (SP-245), Km 21 + 260 m – CEP nº 18.769-899 – Cerqueira César – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 37. Unidade Prisional:** Gália - Penit. I + PRSA + PC
Endereço: SP-331, Km 168 – Sentido Norte – CEP nº 17.450-900 – Gália – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 38. Unidade Prisional:** Gália - Penit. II + PRSA + PC
Endereço: SP-331, Km 168 – Sentido Norte – CEP nº 17.450-901 – Gália – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 39. Unidade Prisional:** Getulina - Penit. "Osiris Souza e Silva" + PRSA
Endereço: Estrada Vicinal Aurélio de Andrade Junqueira, Km 9,5 – CEP nº 16.457-900 – Getulina – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 40. Unidade Prisional:** Iaras - Penit. "Orlando Brando Filinto" + APP
Endereço: Rodovia Municipal Dr. Jair Gilberto Campanati, Km 4 – Zona Rural – CEP nº 18.775-900 – Iaras – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 41. Unidade Prisional:** Itaí - Penit. "Cabo PM Marcelo Pires da Silva" RSA
Endereço: Rodovia Eduardo Saigh, Km 292,5 – CEP nº 18.730-000 – Caixa Postal 53 – Itaí – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 42. Unidade Prisional:** Itatinga - Penit. + PC
Endereço: Rodovia Castello Branco (SP-280), Km 228 + 629 m – CEP nº 18.699-900 – Itatinga – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 43. Unidade Prisional:** Marília - Penit. "José Luiz Mansur" + PRSA
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 465 – Zona Rural – CEP nº 17.525-320 – Marília – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 44. Unidade Prisional:** Pirajuí - Penit. I "Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz" + PRSA
Endereço: Estrada Vicinal Pref. Aníbal Haman, Km 6 – Bairro Aeroporto – CEP nº 16.600-000 – Pirajuí – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 45. Unidade Prisional:** Pirajuí - Penit. II "Luiz Gonzaga Vieira"
Endereço: Estrada Vicinal Pref. Aníbal Haman, Km 6 – Bairro Aeroporto – CEP nº 16.602-000 – Pirajuí – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 46. Unidade Prisional:** Pirajuí - Penit. Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna" + APP + PC
Endereço: Estrada Vicinal João Pereira Martins, Km 01 – Zona Rural – CEP nº 16.619-899 – Pirajuí – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 47. Unidade Prisional:** Reginópolis - Penit. I "Tenente PM José Alfredo Cintra Borin" + APP
Endereço: Estrada Vicinal Roberto Kassim, Km 04 – Centro Prisional – CEP nº 17.196-901 – Reginópolis – SP
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 48. Unidade Prisional:** Reginópolis - Penit. II "Sgto. PM Antonio Luiz de Souza" + PC

Endereço: Estrada Vicinal Roberto Kassim, Km 4,1 – Centro Prisional – CEP nº 17.196-902 – Reginópolis – SP

Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

49. Unidade Prisional: Taquarituba - Penit. + APP

Endereço: Rodovia Eduardo Saigh (SP-255), Km 326 + 300 m – CEP nº 18.740-900 – Taquarituba – SP

Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

50. Unidade Prisional: Araraquara - Penit. "Dr. Sebastião Martins Silveira" + PRSA + PC

Endereço: Av. Francisco Vaz Filho, 4055 – Jardim Pinheiros – CEP nº 14.810-900 – Caixa Postal 152 – Araraquara – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

51. Unidade Prisional: Avanhandava - Penit. "Valdic Junio Alves Primo" + PC

Endereço: Rodovia Marechal Rondon (SP-300), Km 475,3 – CEP nº 16.360-900 – Avanhandava – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

52. Unidade Prisional: Casa Branca - Penit. "Joaquim de Sylos Cintra"

Endereço: Rodovia Ary Pinto Lippelt, Km 05 – CEP nº 13.700-000 – Caixa Postal 19 – Casa Branca – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

53. Unidade Prisional: Franca - Penit. + PRSA

Endereço: Av. Dr. Sidney Romeu de Andrade, s/n – Bairro City Petrópolis – CEP nº 14.409-652 – Franca – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

54. Unidade Prisional: Pontal - Penit. + PRSA + PC

Endereço: Rodovia Armando Salles de Oliveira, s/n – Centro Prisional – CEP nº 14.180-899 – Pontal – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

55. Unidade Prisional: Ribeirão Preto - Penit. + APP

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 47 – CEP nº 14.097-900 – Ribeirão Preto – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

56. Unidade Prisional: Ribeirão Preto - Penit. Feminina + APP + PC

Endereço: Rua Alfredo Condeixa, 1666 – Parque Ribeirão Preto – CEP nº 14.031-300 – Ribeirão Preto – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

57. Unidade Prisional: Riolândia - Penit. "João Batista de Santana"

Endereço: Estrada Municipal Waldemar Lopes Ferraz (SP-322), Km 02 – Bairro Penitenciária – CEP nº 15.496-900 – Riolândia – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

58. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. I

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – Centro Prisional – CEP nº 14.230-901 – Serra Azul – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

59. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. II + PRSA

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – Centro Prisional – CEP nº 14.230-902 – Serra Azul – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

60. Unidade Prisional: Serra Azul - Penit. III "ASP Sandro Alves da Silva"

Endereço: Rodovia Abraão Assed (SP-333), Km 28,7 – Centro Prisional – CEP nº 14.230-903 – Serra Azul – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

61. Unidade Prisional: Taiúva - Penit. RSA

Endereço: Estrada Municipal TAV-227, a 257 m do retorno da Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP-326), Km 359,6 – CEP nº 14.720-000 – Taiúva – SP

Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

62. Unidade Prisional: Andradina - Penit. "ASP. Anísio Aparecido de Oliveira" + PC

Endereço: Rodovia Municipal ADD, 468 – Bairro Pereira Jordão – CEP nº 16.900-220 – Caixa Postal 51 – Andradina – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

63. Unidade Prisional: Assis - Penit. RSA

Endereço: Rodovia Clementino Alves de Souza, Km 02 – Zona Rural – CEP nº 19.812-900 – Caixa Postal 101 – Assis – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

64. Unidade Prisional: Caiuá - Penit. "Bruno Luiz Airoidi Leite"

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 634 + 240 m – Via de acesso ao Município de Caiuá, Km 01 – CEP nº 19.450-901 – Caiuá – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

65. Unidade Prisional: Dracena - Penit. "ASP Adriano Aparecido de Pieri"

Endereço: Estrada Municipal Eng.º Byron de Azevedo Nogueira, Km 09 – Vicinal Dracena/Ouro Verde – Distrito de Jamaica – CEP nº 17.900-900 – Dracena – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

66. Unidade Prisional: Flórida Paulista - Penit. "AEMP Cristiano Oliveira"

Endereço: Estrada Vicinal Kiichiro Hatori, Km 6 – Bairro Agrelo – CEP nº 17.830-000 – Flórida Paulista – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

67. Unidade Prisional: Florínea - Penit. + PC

Endereço: Rodovia SP-333, Km 438 + 754 m – CEP nº 19.870-900 – Florínea – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

68. Unidade Prisional: Irapuru - Penit.

Endereço: Estrada IRU-125, Km 3,5 – CEP nº 17.880-900 – Irapuru – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

69. Unidade Prisional: Junqueirópolis - Penit.

Endereço: Avenida Alcides Cãnola, Km 02 – Bairro Duas Barras – CEP nº 17.890-000 – Junqueirópolis – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

70. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. I "Vereador Frederico Geometti"

Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – Bairro Perobal – CEP nº 16.850-901 – Lavínia – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

71. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. II "Luis Aparecido Fernandes"

Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – Bairro Perobal – CEP nº 16.850-902 – Lavínia – SP

Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

72. Unidade Prisional: Lavínia - Penit. III "ASP Paulo Guimarães"

Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 3 – Bairro Perobal – CEP nº 16.850-903 – Lavínia – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

73. Unidade Prisional: Lucélia - Penit. + APP + PC

Endereço: Estrada Vicinal Paschoal Milton Lentini, Km 12 – Bairro União – CEP nº 17.780-900 – Lucélia – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

74. Unidade Prisional: Marabá Paulista - Penit. Compacta "João Augustinho Panucci"

Endereço: Rodovia General Euclides Figueiredo (SP-563), Km 50,7 – CEP nº 19.430-900 – Marabá Paulista – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

75. Unidade Prisional: Martinópolis - Penit. "Tacyan Menezes de Lucena"

Endereço: Rodovia Homero Severo Lins, Km 542 – Centro Prisional – CEP nº 19.500-900 – Martinópolis – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

76. Unidade Prisional: Mirandópolis - Penit. I "Nestor Canoa" + PRSA

Endereço: Av. Dr. Oswaldo Brandi Faria, 4450 – Bairro Ribeirão Claro – CEP nº 16.800-000 – Mirandópolis – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

77. Unidade Prisional: Mirandópolis - Penit. II "ASP Lindolfo Terçariol Filho"

Endereço: Av. Dr. Oswaldo Brandi Faria, 4450 – Bairro Ribeirão Claro – CEP nº 16.800-902 – Mirandópolis – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

78. Unidade Prisional: Osvaldo Cruz - Penit. RSA

Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Km 572,5 – Bairro Venda Branca – CEP nº 17.700-900 – Osvaldo Cruz – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

79. Unidade Prisional: Pacaembu - Penit. "Ozias Lúcio dos Santos"

Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 615 – Bairro São Simão – CEP nº 17.860-903 – Pacaembu – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

80. Unidade Prisional: Paraguaçu Paulista - Penit. Compacta + PC

Endereço: Rodovia SP-284, Km 487 + 596 m – CEP nº 19.702-900 – Paraguaçu Paulista – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

81. Unidade Prisional: Pracinha - Penit. Compacta + PC

Endereço: Estrada Vicinal Geraldo Rissato, Km 16 – CEP nº 17.790-000 – Pracinha – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

82. Unidade Prisional: Presidente Bernardes - Penit. "Silvio Yoshihiko Hinohara" + APP

Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 586 – CEP nº 19.300-901 – Caixa Postal 90 – Presidente Bernardes – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

83. Unidade Prisional: Presidente Prudente - Penit. "Wellington Rodrigo Segura" + PRSA + PC

Endereço: Estrada Irio Zuntini, Km 04 – Conjunto Habitacional João Domingos Netto – CEP nº 19.036-901 – Presidente Prudente – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

84. Unidade Prisional: Presidente Venceslau - Penit. I "Zwinglio Ferreira" + APP

Endereço: Av. Antônio Marques da Silva, s/n – Centro – CEP nº 19.400-000 – Presidente Venceslau – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

- 85. Unidade Prisional:** Presidente Venceslau - Penit. II "Maurício Henrique Guimarães Pereira"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 623 – Bairro Recinto Faive – CEP nº 19.400-902 – Presidente Venceslau – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 86. Unidade Prisional:** Tupi Paulista - Penit. "Vanderlei Tartari Monteiro" + PC
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Km 667,8 – CEP nº 17.930-901 – Tupi Paulista – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 87. Unidade Prisional:** Tupi Paulista - Penit. Feminina + APP + PC
Endereço: Rodovia João Ribeiro de Barros, Km 667,8 – Zona Rural – CEP nº 17.930-902 – Tupi Paulista – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 88. Unidade Prisional:** Valparaíso - Penit.
Endereço: Estrada Municipal VPS-012/VPS-351, Km 2 – Bairro Valdevino Souza Pacheco – CEP nº 16.880-901 – Valparaíso – SP
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

- 89. Unidade Prisional:** Potim - Penit. I "A EVP Jair Guimarães de Lima" + PRSA
Endereço: Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, Km 9,2 – Bairro dos Correias – CEP nº 12.526-902 – Potim – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 90. Unidade Prisional:** Potim - Penit. II + APP
Endereço: Estrada Prefeito Élio Andrade Nogueira, Km 9,2 – Bairro dos Correias – CEP nº 12.526-902 – Potim – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 91. Unidade Prisional:** Registro - Penit. + PRSA
Endereço: Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), Km 453 + 75 m – CEP nº 11.900-000 – Registro – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 92. Unidade Prisional:** São Vicente - Penit. I "Dr. Geraldo de Andrade Vieira" + APP + PC
Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 – Samaritá – CEP nº 11.348-970 – São Vicente – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 93. Unidade Prisional:** São Vicente - Penit. II + APP
Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 – Samaritá – CEP nº 11.348-970 – São Vicente – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 94. Unidade Prisional:** Tremembé - Penit. I "Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra" + APP + PC
Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 140 – Condomínio Residencial Girassol – CEP nº 12.122-700 – Tremembé – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 95. Unidade Prisional:** Tremembé - Penit. II "Dr. José Augusto César Salgado" RSA
Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 138,5 – Condomínio Residencial Girassol – CEP nº 12.122-700 – Tremembé – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 96. Unidade Prisional:** Tremembé - Penit. Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier" + APP
Endereço: Rua Major Zanani, nº 4 – Centro – CEP nº 12.120-037 – Tremembé – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

- 97. Unidade Prisional:** Tremembé - Penit. Feminina II + APP + PC
Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 140,5 – CEP nº 12.122-902 – Tremembé – SP
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA

TOTAL: 42 (quarenta e dois)

CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

- 98. Unidade Prisional:** Americana - CDP "AEMP Renato Gonçalves Rodrigues"
Endereço: Rua Dr. Aníbal Tanganeli Júnior, nº 335 - CEP nº 13.473-900 - Americana - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 99. Unidade Prisional:** Campinas - CDP
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 4,5 - Bairro Nova Boa Vista - CEP nº 13.068-219 - Campinas - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 100. Unidade Prisional:** Hortolândia - CDP
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 4,5 - Bairro Nova Boa Vista - CEP nº 13.185-150 - Hortolândia - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 101. Unidade Prisional:** Piracicaba - CDP "Nelson Furlan" + APP
Endereço: Rodovia SP-147 (Piracicaba/Limeira), Km 4,5 - CEP nº 13.400-970 - Piracicaba - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 102. Unidade Prisional:** Sorocaba - CDP + APP
Endereço: Avenida Dr. Antonio de Souza Neto, nº 300 - Bairro Ouro Branco (Aparecidinha) - CEP nº 18.087-210 - Sorocaba - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 103. Unidade Prisional:** Diadema - CDP
Endereço: Rua Caramuru, nº 1255 - Vila Conceição - CEP nº 09.911-510 - Diadema - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 104. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - CDP + PRSA
Endereço: Rua Marcos Vinícios Donadel Goes, s/n - Vila Industrial - CEP nº 07.780-000 - Franco da Rocha - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 105. Unidade Prisional:** Guarulhos - CDP I "ASP Giovani Martins Rodrigues" + PRSA
Endereço: Rua José Marques Prata, nº 240 / Avenida Guinle, s/n - CEP nº 07.034-090 - Guarulhos - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 106. Unidade Prisional:** Guarulhos - CDP II + APP + PC
Endereço: Avenida Guinle, s/n - Bairro Cumbica - CEP nº 07.221-070 - Guarulhos - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 107. Unidade Prisional:** Itapeverica da Serra - CDP "ASP Nilton Celestino" + APP
Endereço: Estrada Municipal Ferreira Guedes, nº 405 - Bairro Potuverá - Km 290 da Rodovia Régis Bittencourt - CEP nº 06.885-150 - Itapeverica da Serra - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 108. Unidade Prisional:** Jundiaí - CDP "Marcos Antônio Alves Bezerra"
Endereço: Avenida Augusto Zorzi Baradel Furquim, s/n - Bairro Tijuco Preto - CEP nº 13.205-710 - Jundiaí - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 109. Unidade Prisional:** Mauá - CDP + APP
Endereço: Avenida Papa João XXIII, s/n - Fazenda do Sertão - CEP nº 09.370-800 - Mauá - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 110. Unidade Prisional:** Osasco - CDP I "ASP Ederson Vieira de Jesus"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 20 - Contorno Viaduto Sylvio Uihôa Cintra, nº 550-A - Bairro Chácara Everest - CEP nº 06.149-120 - Osasco - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 111. Unidade Prisional:** Osasco - CDP II "ASP Vanda Rita Brito do Rego"
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 20 - Via Arterial Sul, nº 550-B - Bairro Chácara Everest - CEP nº 06.149-120 - Osasco - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 112. Unidade Prisional:** Santo André - CDP + APP
Endereço: Rua Dom Jorge Marcos de Oliveira, nº 85 - Vila Palmares - CEP nº 09.090-480 - Santo André - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 113. Unidade Prisional:** São Bernardo do Campo - CDP "Dr. Calixto Antonio" + APP
Endereço: Estrada Yae Massumoto, s/n - Altura do Km 20 da Rodovia dos Imigrantes - Bairro Cooperativa - CEP nº 09.842-160 - São Bernardo do Campo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 114. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP I de Chácara Belém + APP
Endereço: Avenida Condessa Elizabeth Robiano, nº 900 - Bairro Belém - CEP nº 03.021-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 115. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP II "ASP Paulo Gilberto de Araújo" de Chácara Belém + APP
Endereço: Avenida Condessa Elizabeth Robiano, nº 900 - Bairro Belém - CEP nº 03.021-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 116. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP I "ASP Vicente Luzan da Silva" de Pinheiros + APP
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1525 - Vila Leopoldina - CEP nº 05.310-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 117. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP II "ASP Willians Nogueira Benjamin" de Pinheiros
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1501 - Vila Leopoldina - CEP nº 05.310-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 118. Unidade Prisional:** São Paulo - CDP III de Pinheiros + APP
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1230 - Vila Leopoldina - CEP nº 05.310-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

119. **Unidade Prisional:** São Paulo - CDP IV de Pinheiros
Endereço: Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 1405 - Vila Leopoldina - CEP nº 05.310-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
120. **Unidade Prisional:** São Paulo - CDP de Vila Independência
Endereço: Avenida Dr. Francisco Mesquita, nº 250 - Vila Independência - CEP nº 03.153-000 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
121. **Unidade Prisional:** Suzano - CDP + APP
Endereço: Rua Soldado Edvaldo Tavares de Assunção, s/n - Parque Maria Helena - CEP nº 08.683-305 - Suzano - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

122. **Unidade Prisional:** Bauru - CDP “ASP Francisco Carlos Caneschi”
Endereço: Rodovia Comandante Ribeiro de Barros, Km 349 - CEP nº 17.064-901 - Bauru - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

123. **Unidade Prisional:** Aguaí - CDP
Endereço: Rodovia Professor Boanerges Nogueira de Lima, SP 340, Km 211 - CEP nº 13.860-000 - Aguaí - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
124. **Unidade Prisional:** Icém - CDP “Marcos Amilton Raysaro” + PC
Endereço: Rodovia BR-153, Km 13,5 - Zona Rural - CEP nº 15.460-900 - Icém - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
125. **Unidade Prisional:** Paulo de Faria - CDP
Endereço: Rodovia Armando de Salles Oliveira, SP 322, Km 528 + 950 m - Zona Rural - CEP nº 15.490-900 - Paulo de Faria - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
126. **Unidade Prisional:** Ribeirão Preto - CDP “ASP Nayan Xavier Ribeiro”
Endereço: Rodovia Abraão Assed, SP 333, Km 47 - CEP nº 14.097-900 - Ribeirão Preto - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
127. **Unidade Prisional:** Riolândia - CDP “ASP Valdecir Fabiano”
Endereço: Estrada Municipal Waldemar Lopes Ferraz, SP 322, Km 2 - Bairro Penitenciária - CEP nº 15.496-900 - Riolândia - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
128. **Unidade Prisional:** São José do Rio Preto - CDP
Endereço: Rodovia BR-153, Km 47 - Zona Rural - CEP nº 15.052-900 - São José do Rio Preto - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

- 129. Unidade Prisional:** Caiuá - CDP "Tácio Aparecido Santana" + PC
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 634 + 240 m - Via de acesso ao município de Caiuá, Km 01 - CEP nº 19.450-902 - Caiuá - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 130. Unidade Prisional:** Lavínia - CDP "ASP Cláudio Chaves do Nascimento" + PC
Endereço: Estrada Municipal Manoel Caetano, Km 4,3 - Bairro Perobal - CEP nº 16.800-904 - Lavínia - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 131. Unidade Prisional:** Nova Independência - CDP + PC
Endereço: Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo, SP 563, Km 166 - Sentido Tupi Paulista/Andradina - CEP nº 16.940-900 - Nova Independência - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 132. Unidade Prisional:** Pacaembu - CDP I + PC
Endereço: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 7 + 600 m - CEP nº 17.860-000 - Pacaembu - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 133. Unidade Prisional:** Pacaembu - CDP II
Endereço: Rodovia Vicinal Prefeito Kouitiro Sato, Km 7 + 600 m - CEP nº 17.860-000 - Pacaembu - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

- 134. Unidade Prisional:** Caraguatatuba - CDP "Dr. José Eduardo Mariz de Oliveira" + PRSA
Endereço: Estrada Pirassununga, nº 500 - Bairro Porto Novo - CEP nº 11.660-950 - Caraguatatuba - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 135. Unidade Prisional:** Mogi das Cruzes - CDP + APP
Endereço: Estrada do Taboão, Km 2,36 - Bairro do Taboão - CEP nº 08.700-001 - Mogi das Cruzes - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 136. Unidade Prisional:** Praia Grande - CDP "ASP Charles Demitre Teixeira" + APP
Endereço: Rua Serra da Leoa, nº 300 - Vila Mirim - CEP nº 11.717-900 - Praia Grande - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 137. Unidade Prisional:** São José dos Campos - CDP + APP
Endereço: Estrada Municipal Ubirajara de Oliveira Pinto, nº 800 - Bairro Putim - CEP nº 12.228-840 - São José dos Campos - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 138. Unidade Prisional:** São Vicente - CDP "Luis Cesar Lacerda" + APP
Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, Km 282 - Bairro Samaritá - CEP nº 11.348-970 - São Vicente - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 139. Unidade Prisional:** Taubaté - CDP "Dr. Félix Nobre de Campos" + PC
Endereço: Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 5000 - Bairro Gurilândia - CEP nº 12.062-400 - Taubaté - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

CENTROS DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA

TOTAL: 16 (dezesesseis)

CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

- 140. Unidade Prisional:** Campinas - CPP "Prof. Ataliba Nogueira"
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 4,5 - Bairro Nova Boa Vista - CEP nº 13.064-180 - Campinas - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 141. Unidade Prisional:** Hortolândia - CPP (Penit. I)
Endereço: Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, Km 5 - Bairro Nova Boa Vista - CEP nº 13.185-900 - Hortolândia - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 142. Unidade Prisional:** Porto Feliz - CPP "Dr. Walter Erwin Hoffgen"
Endereço: Estrada Vicinal Porto Feliz/Rafard, Km 5 - CEP nº 18.543-900 - Porto Feliz - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

CEPRMSP – Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 143. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - CPP "ASP Moises Marcos Braga"
Endereço: Estrada do Governo, Km 41, s/nº - CEP nº 07.859-340 - Franco da Rocha - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo
- 144. Unidade Prisional:** São Paulo - CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantan
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 19,5 - Bairro Jardim Arpoador (Butantã) - CEP nº 05.577-300 - São Paulo - SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 145. Unidade Prisional:** Bauru - CPP I "Dr. Alberto Brocchieri"
Endereço: Rodovia Marechal Rondon, Km 350 - CEP nº 17.022-900 - Bauru - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 146. Unidade Prisional:** Bauru - CPP II "Dr. Eduardo de Oliveira Vianna"
Endereço: Rodovia Marechal Rondon, Km 350 - CEP nº 17.022-900 - Bauru - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 147. Unidade Prisional:** Bauru - CPP III "Prof. Noé Azevedo"
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 349 - Zona Rural - CEP nº 17.064-900 - Bauru - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

- 148. Unidade Prisional:** Guariba - CPP
Endereço: Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, Km 323 + 967 m - Zona Rural - CEP nº 14.849-899 - Guariba - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
- 149. Unidade Prisional:** Jardinópolis - CPP
Endereço: Rodovia Cândido Portinari, SP 334, Km 323, s/n - Zona Rural - CEP nº 14.690-000 - Jardinópolis - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
- 150. Unidade Prisional:** São José do Rio Preto - CPP "Dr. Javert de Andrade"
Endereço: Rodovia BR-153, Km 47,5 - Zona Rural - CEP nº 15.052-903 - São José do Rio Preto - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

- 151. Unidade Prisional:** Pacaembu - CPP
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 615 - Bairro São Simão - CEP nº 17.860-904 - Pacaembu - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado
- 152. Unidade Prisional:** Valparaíso - CPP
Endereço: Estrada Municipal VPS 012 / VPS 351, Km 2 - Bairro Valdevino Souza Pacheco - CEP nº 16.880-901 - Valparaíso - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

- 153. Unidade Prisional:** Mongaguá - CPP "Dr. Rubens Aleixo Sendin"
Endereço: Avenida dos Mariscos, nº 500 - Bairro Flórida Mirim - CEP nº 11.737-900 - Mongaguá - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 154. Unidade Prisional:** São Vicente - CPP + PC
Endereço: Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), Km 283 + 400 m - CEP nº 11.346-300 - São Vicente - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
- 155. Unidade Prisional:** Tremembé - CPP "Dr. Edgard Magalhães Noronha"
Endereço: Rodovia Amador Bueno da Veiga, Km 138 - Condomínio Residencial Girassol - CEP nº 12.122-700 - Tremembé - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

CENTROS DE RESSOCIALIZAÇÃO

TOTAL: 21 (vinte e um)

CEPRCENTRAL – Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

- 156. Unidade Prisional:** Itapetininga - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63 - Bairro Capão Alto - CEP nº 18.211-277 - Itapetininga - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 157. Unidade Prisional:** Limeira - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Via Jurandir da Paixão de Campos Freire, Km 4,5 - CEP nº 13.480-970 - Limeira - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 158. Unidade Prisional:** Mogi Mirim - CR "Prefeito João Missaglia" RSA - Regime: semiaberto
Endereço: Rodovia Wilson Finardi (SP-191), Km 7,4 - CEP nº 13.800-970 - Mogi Mirim - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 159. Unidade Prisional:** Piracicaba - CR Feminino "Carlos Sidnes de Souza Cantarelli" - Regime: semiaberto
Endereço: Rua São José, nº 260 - Centro - CEP nº 13.400-330 - Piracicaba - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 160. Unidade Prisional:** Rio Claro - CR Feminino + RSA - Regime: RF e RSA
Endereço: Rua 12, s/nº - Esquina com a Avenida da Saudade - Bairro Estádio - CEP nº 13.501-290 - Rio Claro - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 161. Unidade Prisional:** Rio Claro - CR "Dr Luis Gonzaga da Arruda Campos" + RSA - Regime: RF e RSA
Endereço: Rua 30, nº 200 - Jardim Novo Rio Claro - CEP nº 13.502-340 - Rio Claro - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado
- 162. Unidade Prisional:** Sumaré - CR RSA + PC - Regime: semiaberto
Endereço: Avenida da Saudade, s/nº - Horto Florestal - CEP nº 13.171-320 - Sumaré - SP.
Coordenadoria: CEPRCENTRAL - Coordenadoria de Execução Penal da Região Central do Estado

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

- 163. Unidade Prisional:** Avaré - CR "Dr. Mauro de Macedo" + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Avenida João Manoel Fernandes, nº 1050 - Chácara Camargo - CEP nº 18.708-857 - Avaré - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 164. Unidade Prisional:** Jaú - CR "Dr. João Eduardo Franco Perlati" + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 188,2 - 2ª Zona Industrial - CEP nº 17.203-380 - Jaú - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 165. Unidade Prisional:** Marília - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 465 - Bairro Padre Nóbrega - CEP nº 17.500-970 - Marília - SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado
- 166. Unidade Prisional:** Ourinhos - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Avenida Jacinto Ferreira de Sá, nº 21 - Centro - CEP nº 19.911-720 - Ourinhos - SP.

Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

167. **Unidade Prisional:** Araçatuba - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Rua Sacadura Cabral, nº 251 - Bairro da Aviação - CEP nº 16.055-510 - Araçatuba - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
168. **Unidade Prisional:** Araraquara - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Avenida 08 de Janeiro, s/n - Jardim Satélite - CEP nº 14.810-970 - Araraquara - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
169. **Unidade Prisional:** Araraquara - CR Feminino + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Avenida Jorge Teixeira Biller, nº 590 - Vila dos Ferroviários - CEP nº 14.802-345 - Araraquara - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
170. **Unidade Prisional:** Birigui - CR - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Rodovia Marechal Cândido Rondon, Km 512,35 - CEP nº 16.204-240 - Birigui - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
171. **Unidade Prisional:** Lins - CR "Dr. Manoel Carlos Muniz" + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Rua Mem de Sá, s/nº - Jardim Primavera - CEP nº 16.400-787 - Lins - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
172. **Unidade Prisional:** Mococa - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rua Sassaki Massao, nº 108 - Distrito Industrial II - CEP nº 13.739-110 - Mococa - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado
173. **Unidade Prisional:** São José do Rio Preto - CR Feminino + RSA + PC - Regime: RF e RSA
Endereço: Rodovia BR-153, Km 47,5 - Zona Rural - CEP nº 15.053-750 - São José do Rio Preto - SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

174. **Unidade Prisional:** Presidente Prudente - CR "ASP Gláucio Reinaldo Mendes Pereira" + RSA + PC - Regime: RF e RSA
Endereço: Estrada Irio Zuntini, s/n - Conjunto Habitacional João Domingos Netto - CEP nº 19.036-902 - Presidente Prudente - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

CEPRVALI – Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

175. **Unidade Prisional:** Atibaia - CR - Regime: semiaberto
Endereço: Rua José Bonifácio, nº 680 - Centro - CEP nº 12.940-210 - Atibaia - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral
176. **Unidade Prisional:** Bragança Paulista - CR + RSA - Regime: fechado e semiaberto
Endereço: Rua Adolfo Bortolotti, nº 330 - Vila Municipal - CEP nº 12.912-100 - Bragança Paulista - SP.
Coordenadoria: CEPRVALI - Coordenadoria de Execução Penal da Região do Vale do Paraíba e Litoral

CENTRO DE READAPTAÇÃO PENITENCIÁRIA

TOTAL: 01 (um)

CEPROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

177. **Unidade Prisional:** Presidente Bernardes - Centro de Readap. Penit. "Dr. José Ismael Pedrosa" (M e F)
Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 586 - CEP nº 19.300-902 - Presidente Bernardes - SP.
Coordenadoria: CEPROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado

NOVAS UNIDADES

TOTAL: 02 (duas)

CEPRNOROESTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

178. **Unidade Prisional:** Riversul - CDP
Endereço: Estrada Vicinal do Bairro dos Frôes, quilômetro 13 mais 750 metros – Riversul – SP.
Coordenadoria: CEPRNOROESTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado

CEPRNORTE – Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

179. **Unidade Prisional:** Santa Cruz da Conceição - CDP
Endereço: Estrada Municipal Gumercindo Brull, quilômetro 198 da Rodovia Anhanguera (SP-330 – Rodovia Anhanguera) – Santa Cruz da Conceição – SP.
Coordenadoria: CEPRNORTE - Coordenadoria de Execução Penal da Região Norte do Estado

HOSPITAIS

TOTAL: 03 (três)

CSSP - Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - Região Metropolitana de São Paulo

180. **Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I "Professor André Teixeira Lima" (M e F)
Endereço: Rodovia Luiz Salomão Chama, Km 43 – Vila Ramos – CEP nº 07.857-050 – Franco da Rocha – SP.
Coordenadoria: CSSP - Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - Região Metropolitana de São Paulo

- 181. Unidade Prisional:** Franco da Rocha - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II (M)
Endereço: Rodovia Luiz Salomão Chama, Km 45 – Parque Industrial – CEP nº 07.859-340 – Franco da Rocha – SP.
Coordenadoria: CSSP - Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - Região Metropolitana de São Paulo

CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

- 182. Unidade Prisional:** São Paulo - Divisão de Ações de Segurança Hospitalar (M e F)
Endereço: Rua Dom José Maurício, nº 15 – Carandiru – CEP nº 02.028-000 – São Paulo – SP.
Coordenadoria: CEPRMSP - Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo

CSSP - Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - Região do Vale do Paraíba e Litoral

- 183. Unidade Prisional:** Taubaté - Hosp. de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Dr. Arnaldo Amado Ferreira" + AEP
Endereço: Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 746 – Jardim Santa Clara – CEP nº 12.080-000 – Taubaté – SP.
Coordenadoria: CSSP - Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - Região do Vale do Paraíba e Litoral

ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL

Contrato 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	380151-ESP-PENIT. NELSON MARCONDES DO AMARAL	RODRIGO VADILETTI MARIA	27/01/2026 09:40 (v 0.5)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		006.00016700/2026-02

Preâmbulo

Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré/SP

(Processo Administrativo nº 006.00016700/2026-02)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, **COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO**, ATRAVÉS DA PENITENCIÁRIA “NELSON MARCONDES DO AMARAL” DE AVARÉ E

O Estado de São Paulo por intermédio do (a) Secretaria da Administração Penitenciária, **Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado**, através da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, com sede no (a) Rua Antônio Quintiliano Teixeira, n.º 800 – Bairro Barra Grande – CEP nº 18.704-391, na cidade de Avaré/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 96.291.141/0057-34, neste ato representado(a) pelo(a) Chefe de Departamento, o Senhor **Joel Lopes da Silva**, nomeado(a) **pelo(a) Resolução SAP, de 30 de janeiro de 2025**, publicado(a) no DOE de **31 de janeiro de 2025**, inscrito(a) no CPF sob o nº 097.441.228-70, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por, inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **006.00016700/2026-02** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº .../....**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. Cláusula Primeira - do objeto

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação da prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis em Veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de etanol, diesel, óleo lubrificante, fluido de freio, filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível, e serviços de lavagens para a frota de veículos automotores da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré/SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Etanol	900	R\$ __, __	R\$ __, __
Diesel S-500	700	R\$ __, __	R\$ __, __
Diesel S-10	300	R\$ __, __	R\$ __, __
Fluido de freio, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de ar, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de combustível, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de óleo, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Óleo mineral, com serviço de troca.	25	R\$ __, __	R\$ __, __
Lavagem de veículo médio	1	R\$ __, __	R\$ __, __
Lavagens de veículos grandes	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Total Mensal sem Taxa de Administração			R\$ __, __
Taxa de Administração	__%		R\$ __, __

Valor Total Mensal	R\$ __, __
Valor Total para 30 meses	R\$ __, __

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. Cláusula Segunda - da vigência

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados da **data estabelecida na ordem de início dos serviços**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em **até 90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula Terceira - modelos de execução

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. Cláusula Quarta - da subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula Quinta - do preço

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o

reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula Sexta - do pagamento

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. Cláusula Sétima - do reajuste

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Não haverá previsão de reajuste contratual para o objeto em questão, face à mecânica de flutuação refletida na unidade de medida dos serviços – Taxa de Administração (%) – que absorve sem restrições as variações decorrentes do mercado de combustíveis.

8. Cláusula Oitava - Obrigações/Contratante

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula Nona - Obrigações/Contratado

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as **Fazendas Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar a prestação dos serviços, compreendendo a instalação, a manutenção e as assistências necessárias no(s) seguinte(s) local(is): **Rua Antônio Quintiliano Teixeira, 800 – Bairro Barra Grande – CEP nº 18704-391 – Avaré/SP.**

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. Cláusula Décima - LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. Cláusula Décima Primeira - da garantia

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula Décima Segunda - das infrações

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**: Calculada em conformidade com a **Resolução SAP nº 49/2024**, que dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, sendo parte integrante do Edital, como Anexo III.
 - iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. Cláusula Décima Terceira - da extinção

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. Cláusula Décima Quarta - da dotação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: **380151**;

II. Fonte de Recursos: **150.010.001**;

III. Programa de Trabalho: **14.421.3815.6139.0000/14.421.3815.6146.0000**; e

IV. Elemento de Despesa: **339030-27/28/29 e 339039-99**.

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. Cláusula Décima Quinta - casos omissos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

16. Cláusula Décima Sexta - das alterações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula Décima Sétima - da publicação

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. Cláusula Décima Oitava - do foro

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92 §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Avaré, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIA PEREIRA DA SILVA

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 09:34:58.

JOEL LOPES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 09:40:22.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 25 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput deste artigo;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por incorreções na redação dos Artigos 6º, 21 e 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV**MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****PROCESSO SEI nº 006.00016700/2026-02****PREGÃO ELETRÔNICO PIIAVAR nº 90001/2026****DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** ____/____/____

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para a frota de veículos automotores da Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral” de Avaré, pelo período de **30 (trinta) meses**.

Tipo de Combustível ou Serviço	Quantidade Mensal (litros/ m³/unidades)	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Mensal por Item
Etanol	900	R\$ __, __	R\$ __, __
Diesel S-500	700	R\$ __, __	R\$ __, __
Diesel S-10	300	R\$ __, __	R\$ __, __
Fluido de freio, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de ar, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de combustível, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Filtro de óleo, com serviço de troca.	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Óleo mineral, com serviço de troca.	25	R\$ __, __	R\$ __, __
Lavagem de veículo médio	1	R\$ __, __	R\$ __, __
Lavagens de veículos grandes	7	R\$ __, __	R\$ __, __
Total Mensal sem Taxa de Administração			R\$ __, __
Taxa de Administração	____%		R\$ __, __
Valor Total Mensal			R\$ __, __
Valor Total para 30 meses			R\$ __, __

- Todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas **(BDI)**, já inclusos no valor total do orçamento.
- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

(Local e data)._____
(Nome/Assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **90001/2026**, Processo SEI nº **006.00016700/2026-02**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)